

**RELATÓRIO DO II CONGRESSO  
NACIONAL DA ANDES-SN  
FORTALEZA, 31 DE JANEIRO A 4  
DE FEVEREIRO DE 1983**

## **ATA DO II CONGRESSO DA ANDES-SN (II CN)**

Fortaleza 31/1 a 4/2 de 1993

### **I – Informes**

#### **I.1. Da Secretaria do Congresso**

- Delegados credenciados.....247
- Observadores credenciados..... 60
- Ads representadas (listagem anexa)..... 52

## I.2. Da Tesouraria do Congresso

- Custo de transporte.....	Cr\$ 23.706.000,00
- Despesas com organização.....	Cr\$ 500.000,00
- CUSTO TOTAL.....	Cr\$ 24.206.000,00
- CUSTO POR DELEGADO.....	Cr\$ 98.000,00

## II – PLENÁRIA DE ABERTURA

Local: Anfiteatro da Escola Técnica Federal do Ceará

Data: 31/1/83 (20 horas)

Composição da mesa:

- Prof. José da Rocha Furtado Filho, presidente da ADUFC (AD Organizadora)
- Prof. Luiz Pinguelli Rosa, presidente da ANDES-SN
- Prof. Newton Lima Neto, secretário Geral da ANDES-SN
  - Prof. Manoel Lucena, representante da CPB
- Deputada Maria Luiza Fontenele, representante do PMDB-CE
  - Vereador José Fiúza Gomes, presidente da Câmara Municipal de Fortaleza
  - Discente Francisco de Assis Papito, presidente do DCE-UEC
  - Sr. Dilmar Miranda, representante da Frente Sindical do Ceará
  - Sr. Inácio Arruda, representante da Federação de Bairros e Favelas de Fortaleza
  - Prof. Montevi, representante do Sindicato dos Prof. Do Rio de Janeiro
  - Prof. João Carlos G. Martins, representante do Sind. dos Prof. De Campinas
  - Prof. Oswaldo Maciel, ex-presidente da ANDES-SN.

OBS.: A presidente da une, discente Clara Araújo, não podendo participar da Plenária de Abertura, esteve presente ao Congresso no dia 02/02, trazendo a saudação da UNE aos delegados reunidos nos grupos de trabalho.

## HOMENAGENS

- O Presidente da ANDES solicitou um minuto de silêncio em homenagem póstuma aos companheiros Prof<sup>a</sup> Nadir Aparecida Cancian, ex-presidente da ADUEM e Prof. Luiz Capelo, ex-diretor da ADUFC e delegado-fundador da ANDES, falecidos no final de 1992.
- O Presidente da ADUFC, em nome do Prof. Reinaldo Cué, agradeceu trabalho desenvolvido pela ADUFC, pela Diretoria da ANDES e pelas ADS, que culminou com a sua expulsão do país o que estava submetido com base na arbitrária Lei dos Estrangeiros. O fato foi consignado pelo presidente da ANDES, como uma expressiva vitória do movimento.

## II- PLENÁRIA DE INSTALAÇÃO

- Local: Anfiteatro da Escola Técnica Federal do Ceará
- Data: 31/01/83 (21h30)
- Composição da Mesa:
  - Prof. Luiz Pinguelli Rosa
  - Prof. Newton Lima Neto
  - Prof. Rubens Pinto Lyra
  - Prof. Edmundo Fernandes Dias
  - Prof<sup>a</sup> Eugênia Célia Raizer

### 1 – Questões de credenciamento

O único caso relatado pela Secretaria do II CN, foi o da delegação da ADURNE (Campina grande – PB), pois a ATA da Assembléia não indicava a Prof<sup>a</sup> Maria das graças Sampaio como delegada, e sim como observadora. Além disso a referida companheira disse não poder pagar a cota-parte por dificuldades políticas e financeiras por que passa a AD. Quanto à questão da representatividade, o Congresso houve por bem aceitá-la como delegada. No entanto, quanto à questão financeira, deliberou-se remeter a discussão para a reunião da Regional NE II da ANDES. A reunião da regional (realizada

posteriormente) indicou à Secretaria do Congresso o seu credenciamento na condição de observadora.

## 2 – Pauta e Cronograma

### 2.1. Pauta

Foi aprovada por ampla maioria, a seguinte pauta apresentada pela Diretoria e adotada pelo Prof. Wagner (ADUFPB-CG) quanto ao sub-item 3.4. (creches).

#### Análise da Conjuntura e Avaliação do Momento político Educacional:

- A crise política e econômica e seu desdobramento sobre a educação
- Avaliação do movimento docente com o movimento sindical:

O CONCLAT e a CUT

#### Questões setoriais

As lutas específicas aos setores e seu relacionamento com as lutas gerais do movimento, nas:

- IES Particulares
  - IES Estaduais
  - IES Fundações Federais
  - IES Autarquias Federais
- 
- A reestruturação da Universidade e a Campanha do Ensino Público e Gratuito
- 3.1- Avaliação e perspectivas da Campanha pelo Ensino Público e Gratuito.
  - 3.2- Aprofundamento e rediscussão de pontos do documento da ANDES
  - 3.2.1- A política geral de financiamento para o ensino superior a luta por mais verbas para a educação.
    - a) o corte nos orçamentos das IES públicas
    - b) a questão das verbas públicas para a rede particular
    - c) as agências de financiamentos e a pesquisa universitária
    - d) as fundações privadas no interior das IES públicas
  - 3.2.2- O trabalho docente (ensino, pesquisa e extensão) e a luta por um padrão único de universidade.

3.3 – Encaminhamentos da luta pela reestruturação. O Encontro Nacional de docentes, estudantes e funcionários.

3.4 Creches

4- As questões gerais da ANDES-SN

4.1 – Questões financeiras

4.2 – Questões estatutárias

4.3 – Local e data do 7º CONAD

Foi rejeitada a proposta alternativa apresentada inicialmente pela..... e mantida pela delegação da ADFURG, a saber:

Avaliação do movimento docente

Reestruturação da Universidade

Perspectivas do movimento docente

A delegação da ADUR-RJ solicitou registro em ATA de sua abstenção.

2.2 – Cronograma

Foi aprovado por 127 votos o seguinte cronograma:

<b>TURNO</b>	<b>31/1 2ª feira</b>	<b>1º/2 3ª feira</b>	<b>2/2 4ª feira</b>	<b>3/2 5ª feira</b>	<b>4/2 6ª feira</b>
Manhã		Grupos Mistos Tema 1	Reuniões Setoriais Tema 2	Grupos Mistos Temas 3 e 4	Plenária 3
Tarde		Grupos Mistos Tema 1	Grupos Mistos Tema 3	Plenária Tema 1	Plenária Temas 3 e 4 Plenária de Encerramento
Noite	Plenária de Abertura Plenária de Instalação	Reuniões Setoriais Tema 2		Plenária Tema 2	

OBS.: A noite do dia 02.02 foi reservada par as reuniões das regionais.

PLENÁRIA DE INSTALAÇÃO :

- QUESTÕES DE CREDENCIAMENTO
- APROVAÇÃO DA PAUTA E REGIMENTO

PLENÁRIA DE ENCERRAMENTO:

- MOÇÕES
- ENCERRAMENTO

Foi rejeitado com 76 votos o cronograma alternativo apresentado pela Regional RJ, a saber:

TERÇA, QUARTA, QUINTA, SEXTA

Setorial Temas 1 e 2 Setorial Tema 3 Plenária 3 Plenária Temas 1 e 2

Misto Tema 1 Misto tema 3 Plenária Tema 3 Plenária Tema 4

Plenária de Encerramento

Reuniões dos Relatores

Reunião dos relatores

Reuniões das regionais e particulares

Houve ainda 04 abstenções nessa votação.

Quanto a proposta original de diretor a de divisão do setor Federal Autárquico em grupos de trabalho, em função do elevado número de delegados, a plenária deliberou (por ampla maioria) remeter essa questão para discussão do próprio setor.

3- Regimento

Foi aprovado para o II CN, por ampla maioria, o regimento de Iº CN. A única modificação aprovada (por 86 votos a favor, 78 contra e 09 abstenções), diz respeito ao Artigo 19, introduzindo o direito a apartes. A redação aprovada é a seguinte:

ART. 19 – O orador poderá conceder, a seu critério, até dois aparteantes diferentes, prorrogável por parte, não descontadas do seu tempo.

A íntegra do Regimento do II CN constitui o ANEXO 2.

Para compor a Comissão Diretoria do I CN, além dos diretores da ANDES, a ADUFC indicou os professores José Furtado e Helena Cartaxo.

#### IV- PLENÁRIA TEMA 1

- Local : Anfiteatro da Faculdade de Direito da UFC

- Data: 03/02/83 (iniciou as 15h30)

- Composição da Mesa:

- Prof. Newton Lima Neto

- Prof. Carlos Martins

- Prof. Raul Guenther

- Prof. Ubirajara Rebouças

- Prof<sup>a</sup> Helena Cartaxo

- Prof. Emmanuel Appel

Foi aprovada com 92 votos a proposta de encaminhamento que propunha a apreciação do relatório completo sobre o tema apresentado pelos relatores, incluindo a avaliação propriamente dita e as propostas nele contidas. Foi rejeitada (com 87 votos), a proposta de que a Plenária aprovasse somente as propostas contidas no relatório de tema. Houve 08 abstenções. Aprovou-se ainda, por ampla maioria que caberá à diretoria a elaboração do texto final, consolidando seu documento apresentado ao II CN, com as propostas aprovadas, quer de modificação quer de complementação. O documento original da diretoria é apresentado no ANEXO 3. O ANEXO 4 consiste na íntegra do relatório dos grupos de trabalho sobre o TEMA I, apresentado à Plenária.

As resoluções (todas definidas por ampla maioria) para cada subitem do tema, são apresentadas a seguir. A plenária deliberou também remeter a discussão de alguns pontos do relatório para as Plenárias às quais o assento estivesse mais afeto.



## 1.1 A CRISE POLÍTICA E ECONÔMICA E SEU DESDOBRAMENTO SOBRE A EDUCAÇÃO

### A – Considerações aprovadas pela plenária

Necessidade de se compreender o momento político econômico para uma definição correta da estratégia de luta par ao movimento docente

A forma de solução da crise adotada pelo regime acentua o atendimento de interesse de setores mais limitados ainda da sociedade (grande capital financeiro) e acentua a dependência externa, neste sentido isola mais o regime.

A crise do capitalismo apresenta duas faces: 1 – dificulta a organização devido ao desemprego, repressão e inflação; 2- por sua vez exige alternativas de organização e unificação das lutas, porque ele não tem resposta para a crise.

É preciso, porém, ficar atento para a “ideologia da crise” que pode levar ao comodismo e aceitação, pura e simples, da política do regime, porque estamos em crise.

### Fatos relevantes a se considerar no momento político econômico nacional:

eleição de governadores de oposição em alguns estados

renegociação da dívida externa com o FMI e suas conseqüências (recessão econômica, acordo salarial, repressão aos movimentos sociais).

Concentração e distribuição desigual dos recursos públicos, com prejuízo das verbas destinadas aos gastos sociais (saúde, educação, habitação, etc).

Privatização do ensino e imposição de “modelos gerenciais” às universidades.

Esvaziamento progressivo do poder do MEC que cada vez mais passa a estar submetido às decisões do SEPLAN e do DASP.

### B. Modificações ao texto base da Diretoria

Não foram aprovadas propostas de alteração.

### C. Sugestões e propostas aprovadas:

O M.D. deve enfatizar o questionamento do sistema e de seu modelo econômico, mostrando a contradição entre os problemas de cunho social (educação, saúde e moradia) e as prioridades governamentais.

O M.D. deve aproveitar a abertura de debate institucional sem perder de vista o autoritarismo e dificuldades para o avanço das lutas dos trabalhadores.

Necessidade de se intensificar a atuação da ANDES através da via política e democrática, junto ao Congresso Nacional. A presença representativa das oposições poderá se para os docentes uma garantia do debate e da aprovação de projetos que beneficiarão o setor educacional.

Aprofundar o estudo da crise econômica, com a participação de amplos setores da sociedade a fim de obter dados reais sobre a distribuição de verbas públicas, para que o M.D. possa formular suas reivindicações embasadas em situações concretas e para que a sociedade de modo geral possa fiscalizar a utilização destas verbas, e denunciar a sua utilização em setores não prioritários.

Manifesto à Nação sobre ensino nos 3 graus, abordando temas com a queda da qualidade do ensino, verbas para a educação, etc.

Que a ANDES e as Ads se dirijam aos governadores eleitos, exigindo eleição livre e direta dos dirigentes das Universidades estaduais.

Que a ANDES se dirija aos partidos políticos, exigindo que votem pela rejeição da nova lei salarial.

Que a ANDES e as Ads se dirijam aos governadores eleito para que se comprometam com o fim dos aparelhos repressivos em todos os níveis.

Que a direção da ANDES (ao nível nacional e regional), assim como as ADs, busquem contato sistemático com partidos, bancadas e parlamentares, no âmbito nacional, estadual e municipal, no sentido de favorecer a expressão dos anseios e interesses do movimento docente nos órgãos legislativos. Quando for o caso, tais contatos com o legislativo poderão traduzir-se na forma de assessoria parlamentar. Tais experiências deverão ser divulgadas para todo o movimento docente.

Unificação e fortalecimento do movimento docente com as lutas de funcionários,

estudantes e outros segmentos de trabalhadores, promovendo a interação do movimento com a sociedade.

#### D. Propostas rejeitadas

1 – Adendar, às considerações (PARTE A) o texto:

“ Os influxos da crise econômica e social porque atravessa o país sobre a universidade brasileira fossem materializados, para o M.D., à luz do conteúdo dos avisos ministeriais, ou seja a equalização salarial dos docentes por baixo, e o controle do MEC dos gastos com pessoal. Deve ser ressaltada na análise de conjuntura, a profunda heteronomia administrativa porque passa o MEC”.

2 – Supressão do item 5 (esvaziamento progressivo...) da parte A

#### 1.2 – Avaliação do Movimento Docente (MD)

A – Considerações aprovadas pela plenária:

Na avaliação objetiva do modo como as lutas do M.D. e posições foram encaminhadas no último ano, foram destacados os seguintes aspectos negativos:

#### ASPECTOS NEGATIVOS

Não houve uma campanha agressiva que marcasse o ano de 1.982 como da defesa do ensino público e gratuito, não sensibilizando a população como um todo.

Não foram suficientemente debatidas questões como carreira de magistério, questões acadêmicas (ensino e pesquisa), documento das mantenedoras.

Quanto à greve de 82, foram citadas a falta de articulação entre Ads e Comando Nacional, o indicativo de greve que não retratava a situação das Ads, a derrota na questão salarial.

Quanto à atuação da Diretoria da ANDES e das Ads, foram destacadas deficiências na transmissão de informações para as Ads e vice-versa..

Falta de troca de informações entre as Ads sobre o nível interno de democratização alcançado e a preocupação com seu caráter não institucional.

Insuficiente articulação do M.D. com os demais segmentos da comunidade universitária,

com as outras entidades representativas da sociedade, bem como das diversas Ads.entre si.  
Não ocupação de espaços nos meios de divulgação para fortalecer a imagem do M.D..

### ASPECTOS POSITIVOS

- 1 – O M.D., através da greve, questionou a política do governo.
- 2 – A greve contribuiu para a mobilização dos docentes em torno do debate sobre a Reestruturação da Universidade.
- 3 – A denúncia dos documentos secretos do MEC.
- 4 – Quanto à Diretoria da ANDES, foi destacado o fato de ter tido posições democráticas e unitárias ao direcionar as lutas básicas dos professores.
- 5 – O avanço na democratização interna em algumas Ads.

#### B – Modificações ao texto base da Diretoria

Não foram aprovadas propostas de alteração.

#### C – Sugestões e propostas aprovadas

- 1 – O M.D. tem que ser pensado e orientado, tendo em vista a realidade a Universidade Brasileira, que foi instituída dentro do modelo dos países dominantes. O M.D. deve “puxar” a Universidade para um modelo que atenda aos interesses do povo brasileiro. As estratégias do M. D. devem ser condicionadas aos compromissos do M.D. , que devem ser definidos.
- 2 – Embora o M.D. tenha se afirmado diante da sociedade civil, as suas características sindicais têm levado a um desgaste, após sua arrancada inicial.
- 3 – O M. D. precisa, no seu estágio atual, dar um salto de qualidade, entanto para a transformação interna da Universidade, o que deve ser feito através de um questionamento e auto-avaliação do nível de qualidade e produção quanto ao ensino à pesquisa e à extensão.
- 4 – O estímulo à análise da produção universitária e suas lacunas deve ser dirigido para balizar e informar o M.D., respondendo a questões como por ex., o que é educação popular, conseqüências da implantação de cursos noturnos das IES Federais, conseqüências da

expansão do quadro de docentes pós-graduandos, etc.

5 – A implementação da Revista da ANDES é importante, e deve ser direcionada no sentido da produção acadêmica, dentro das linhas acima expostas, além de gerar conhecimentos para definições políticas em outros campos (por ex. política nuclear).

6 – O M.D. não pode, porém se distanciar da sua realidade interna devendo preservar o seu perfil, que é vinculada a defesa dos interesses dos docentes.

7 – A mobilização e politização dos professorado, em nível de Ads deve ser estimulado, sem se revestir porém de caráter pedagógico. Para isto devem se estimular debates em Assembléias – de temas amplos e que ultrapassem a simples defesa da categoria.

8 – Os conflitos internos do movimento devem ser objeto de debate e análise, devendo cada setor ser respeitado nas suas especificidades.

9 – O fato das Federais Autárquicas terem crescido no bojo do M.D., não foi conseqüência de cerceamento do espaço de outros segmentos, mas sim, porque os seus temas de luta foram unificadores e facilitaram a mobilização.

10 – Na administração dos conflitos, as Regionais podem desempenhar papel relevante, devendo se mobilizar neste sentido.

11 – Nas táticas de luta a serem desenvolvidas a partir de agora, deve-se trabalhar e explorar a nova estrutura de poder configurado com as eleições de 15 de novembro. Isto deve ser feito não só no encaminhamento de sugestões no Congresso Nacional, como em nível estadual.

12 – A luta e a efetivação da proposta de Reestruturação pode vir a constituir um importante unificador do M.D.

13 – Sugere-se como medida de ordem geral que a ANDES, usando de todos os meios ao seu alcance, reverta a política dos movimentos docente partindo para a perspectiva antecipação das questões fundamentais da Universidade em relação ao Governo.

14 – Recomenda-se a discussão do papel das Vice-Presidências Regionais.

15 – Que as regionais trabalhem mais intensamente no sentido da unificação dos diversos setores do movimento docente (autárquicas, particulares, fundações, estaduais e isoladas).

16 – Organização de debates, seminários, simpósios, pelas IES e de um banco de dados sobre questões de interesse dos professores, rotatividade no emprego, níveis salariais, reivindicações, etc, centralizados e amplamente divulgados pela ANDES, como estratégia

para mobilização dos docentes. Que o banco de dados seja organizado pelo Grupo de Trabalho das Ads das Particulares.

17 – Que a diretoria da ANDES ou uma comissão delegada para este fim, faça levantamento das Ads que já participaram do movimento docente e estão desativadas, levantando as causas da atual desativação e empenhando-se pela sua reorganização e pela criação de novas associações de docentes onde não existem, para fortalecer o movimento dos professores.

18 – Que se discuta amplamente com as bases a articulação com os demais setores.

19 – Recomendação às Ads quanto a criação de grupos específicos de estudo, a exemplo dos existentes na ANDES, que ..... as discussões a sistematização, a socialização das informações, internamente em cada AD e promovam a articulação entre as Ads e a ANDES.

OBS.: Houve declaração de voto (abstenção quanto ao item 5) da profª Jane (ADUFPA) por não ter podido apresentar (por decisão do plenário) proposta alternativa para o item.

D – Propostas rejeitadas

1 – Supressão do item 2 (embora o M.D. ....) da parte C

2 – Supressão do item 5 (A implementação da Revista...) da parte C

3 – Supressão, no item 3 da parte A, do trecho “.... o indicativo de Greve que não retratava a situação das Ads.....”

– Relacionamento do M.D. com o Movimento Sindical, O CONCLAT e a CUT.

As considerações aprovadas pela Plenária

Deficiência da articulação das Ads e da ANDES com o movimento Sindical e na participação do movimento docente na 1ª CONCLAT.

Participação da diretoria da ANDES na qualidade de observadora na comissão Pró-CUT, conforme de cisão do CONAD de Vitória.

Necessidade de estreitar os vínculos das ads com os sindicatos e entidades representativas.

Importância da participação do M.D. nos ENCLATS e CONCLATS.

Importância de se encampar bandeiras populares que dão sentido à articulação com

movimento sindical.

Necessidade de uma política de aliança “conseqüente” que não deve se limitar a articulação de cúpulas.

Construção junto com o movimento sindical da CUT.

Necessidade de ampla divulgação de informações sobre o movimento Sindical, ENCLATS e CONCLATS, para o conjunto dos professores.

Choque de informações sobre os mecanismos de entrada da ANDES na comissão PRO-CUT.

Dificuldades de conciliar as atividades de articulação com o movimento sindical com aquelas ligadas a Reestruturação em termos de cronograma ou disponibilidade de tempo.

B – Modificações do texto base da Diretoria

Foram aprovadas as seguintes alterações:

(original apresentada no ANEXO 3)

PÁG. 8 - 3º parágrafo

De: “ Hoje fica..... não pode ser pensada isoladamente sem forte interação com a luta de todos os trabalhadores.....”

Para: “Hoje fica.....indica a necessidade de uma forte integração com a luta de todos os trabalhadores.....”

PÁG. 8, sexta linha do 3º parágrafo

De: “ A última greve.... deixou claro a limitação de eficácia de ações isoladas”

Para: “ A última greve.... deixou claro, além dos problemas internos do movimento, a limitação de ações isoladas, na atual conjuntura”

PÁG. 9, item nº 1

A terceira frase passa a ter a seguinte redação:

“ Por outro lado, a análise da crise e indica a necessidade de aproximação dos docentes com outros segmentos dos trabalhadores”. Segue “ Em continuidade..... até .....(central única dos trabalhadores)”

A penúltima frase passa a ter a seguinte redação:

“.....sendo o representante da ANDES eleito nesse II Congresso Nacional”.

Foi eliminado o último parágrafo da pág. 9

## C – Sugestões e propostas

1 – Foi aprovada a proposta de que a ANDES faça parte formalmente da Comissão nacional PRÓ-CUT, sendo seu representante eleito nesse II Congresso Nacional.

**OBS. 1** – Conforme solicitação feita pelo Plenário, a Diretoria esclareceu, antes da votação, que de acordo com as deliberações da última reunião da Comissão Nacional PRÓ-CUT, a ANDES entendida com a confederação submeterá sua participação formal à nova Comissão Nacional, formada pelas entidades eleitas nos ENCLATS Estaduais.

**OBS. 2** – Houve declaração de voto (abstenção) do prof. Maciel (APUFSC), no sentido de que embora não discuti-se a legitimidade da PRÓ-CUT, questionava o seu processo de constituição entendendo que a ANDES deveria aguardar sua eleição pelo plenário do CONCLAT.

**OBS. 3** – Imediatamente após essa votação, o plenário procedeu a eleição do delegado da ANDES na Comissão Nacional PRÓ-CUT. Foi eleito o presidente da ANDES, Prof. Luiz Pinguelli Rosa.

- Que se recomende às Ads participação nas Inter-sindicais regionais e nos ENCLATS.
- Que o M.D. participe do plano de lutas da PRÓ-CUT contra as medidas recessivas do governo, em defesa do reajuste semestral, contra a lei salarial do Governo, assumindo a passagem do abaixo-assinado da PRÓ-CUT e a participação ativa no dia nacional de luta 22/03.
- Contra a alteração da política salarial em diversas formas, onde se inclua, por exemplo,



reivindicar a rejeição do novo decreto-lei pelo congresso Nacional.

– Os docentes participarão da CONCLAT e das lutas gerais dos trabalhadores, reafirmando o conjunto de suas bandeiras definidas nos Congressos da ANDES e CONADS.

– O M. D. deve buscar articulação com outros segmentos mais específicos que apresentam situações semelhantes à sua como às IES onde não existe Ads, professores de 1º e 2º graus, funcionários públicos em geral.

– Na fase de preparação da participação das Ads no CONCLAT e durante os mesmos, seja considerado como relevante a discussão das modificações da C.L.T., por ser a mesma ..... e ultrapassá-la.

– Foi aprovada ainda a recomendação para que a ANDES e as Ads, constituam serviços jurídicos próprios, para assistência e defesa dos professores das IES Autárquicas e Fundações.

– Afirmar ..... pelo carácter unitário de Central dos Trabalhadores.

– Orientar as Ads no sentido de que divulguem o material ..... da PRÓ-CUT.

– Ampliar a discussão sobre temário da CONCLAT e sobre .....da CUT entre docentes.

– Sobre a criação da CUT, considerando ser prematura qualquer definição sobre este ponto, remetê-la para o CONAD a ser realizada em data oportuna.

– Desenvolver ampla campanha de esclarecimento sobre ENCLAT, CONCLAT e CUT para a comunidade universitária de modo especial como também para o conjunto da população.

– Que a articulação da ANDES com o movimento sindical em geral não peca de vista a necessidade da preservação do perfil do M.D., definido pela sua história.

D – Propostas rejeitadas

Não há neste subitem

## V – PLENÁRIA TEMA 2

- Local: Anfiteatro da Faculdade de Direito da UFC
- Data: 04/02/83 (início as 9h30)
- Composição da Mesa:
  - Prof. Luiz Pinguelli Rosa
  - Prof. Aloísio M. Oliva
  - Profª Maria José F. Ribeiro
  - Prof. Agamenon Tavares de Almeida
  - Prof. José Furtado Filho

### **A – ESTADUAIS**

Relatório aprovado por ampla maioria

#### Avaliação

É consenso entre os delegados das Ads que as universidades estaduais são marcadas por uma profunda diversificação, com a conseqüente “pulverização” de suas lutas. Há diversidade jurídica (de direito público ou privado), de carreira, de regime de trabalho, de estrutura interna (estatutos, regimentos, etc). Há entretanto, questões comuns: reajuste semestral, relação com os governos estaduais quanto a autonomia, democratização interna, verbas, etc, reafirmação do ensino público e gratuito.

A necessidade de unificação das lutas torna-se imperativo em particular no Estado de São Paulo, em que 3 universidades estaduais vêm desenvolvendo uma série de lutas unificadas e gestões junto ao governo estadual.

Esta luta é uma estratégia que deve se cada vez, mais adotadas pelas três Ads, principalmente a partir de agora, tendo em vista o início de um governo oposicionista no Estado, que se têm mostrado acessível ao diálogo com as entidades da sociedade cível.

As Ads paulistas solicitam, quanto a este aspecto, que seja divulgada a todas as Ads a presente experiência que se desenvolvem em suas lutas no Estado, qual seja, a criação no

mês passado do FÓRUM DA UNIVERSIDADE PAULISTA, com a participação das três Ads, dos 3 DCEs, das 3 Associações dos funcionários da UEE-SP e da regional da ANDES, tendo já realizado uma reunião bastante expressiva, com a confecção de um documento ao governador eleito. Este fórum permanente possui ainda 4 comissões para discutir os principais problemas e deverá reunir-se a cada mês num rodízio entre as três universidades.

As Ads estaduais entendem ainda que se abre um nova era de relacionamento com os governos ELEITOS, em particular os opositoristas, possibilitando que as entidades possam empreender lutas que ultrapassem as questões salariais, discutindo internamente questões salariais, discutindo internamente questões como estatutos e regimentos (lutas que vêm sendo travadas com mais ênfase na UNICAMP e USP), democratização e estrutura de poder, qualidade do ensino, verbas para funcionamento e pesquisa, papel da universidade, etc.

Quanto à relação entre as Ads estaduais e a ANDES, foram feitas as seguintes considerações:

A relação entre as Ads estaduais paulistas e a ....., da ANDES foi unanimemente considerada POSITIVA, tendo-se em vista a participação da mesma nas principais lutas no âmbito estadual.

As Ads ressaltaram, entretanto que tem sido extremamente difícil articularem-se com os movimentos de âmbito nacional comandados pela ANDES, em particular os grevistas (por questões salariais e outras) interessando às universidades federais autárquicas. Isto tem se dado (a desarticulação), seja por problemas de informação prévia sobre o movimento, seja por um certo distanciamento e/ou diferenciação das reivindicações ente as universidades estaduais e federais. As Ads ressentem-se ainda das grandes dificuldades, que encontram para mobilizar os docentes em termos de paralisação, dia de luta, etc., em apoio aos movimentos das federais, além do que, ressentem-se dos ..... eventuais da direção nacional do ANDES aos movimentos dos docentes das estaduais. Supera que em tais oposições, os dirigentes procuram, pelo menos, pronunciar-se publicamente o apoio às entidades envolvidas.

## 2- Propostas

1 – As Ads estaduais sugerem que a direção da ANDES adote o procedimento sistemático de divulgar antecipadamente às Ads de todo o país os “ procedimentos-propostas” da diretoria, distribuídos por ocasião dos CONADS e CONGRESSOS, tendo-se em vista a necessidade de discuti-los previamente no âmbito das Ads locais.

2 – As Ads concordam, em princípio, com a proposta da diretoria de promover-se um ENCONTRO NACIONAL DAS ADS ESTADUAIS, precedido de Encontros estaduais das Ads Estaduais.

3 – tendo-se em vista experiências em cada universidade estadual, promover um CONGRESSO DAS UNIVERSIDADES PAULISTAS sob o patrocínio da Ads e da Reg. da ANDES.

4 – Que os boletins das Ads (todas) procurem dedicar um espaço em seus boletins para notícias da ANDES. Que as Ads das Estaduais, intensifiquem o envio de informações (sistemáticas) para o Boletim da ANDES.

5 – Que seja elaborado um número especial do Boletim para o setor, enfocando com detalhes os problemas das estaduais, com ampla divulgação para os docentes dessas IES e para os docentes de demais Ads.

6 – Que a direção da ANDES procure divulgar nacionalmente as experiências das universidades estaduais paulistas quanto aos processos de institucionalização, democratização e reformas de estatutos e carreiras docentes.

7 – Que as Ads façam um levantamento sobre a multiplicação das fundações privadas dentro das Universidades Públicas, Estaduais e Federais, tendo-se em vista a concretização e fortalecimento da campanha nacional pelo ensino público e gratuito. Esses levantamentos devem ser enviados à diretoria da ANDES.

8 – Que a ANDES, através da Regional, juntamente com as Ads estaduais paranaenses, procure incentivar a criação de novas Ads nas nove faculdades estaduais do Paraná. (proposta aprovada com a observação de que se liga a outra proposta geral já aprovada).

## B – AUTARQUIAS

Por deliberação do setor a pauta da reunião setorial ficou assim definida:

2.1 – Avaliação do movimento em 1982

2.2 – Campanha Salarial de 1983

2.3 – Reestruturação da Universidade

2.4 – Carreira e Condições de trabalhos

O relatório (ver anexo 4, pág. 10 a 21) sub dividido em: a) Momento anterior a greve; b) Preparação da greve com a pauta de reivindicações; c) Condução da greve e unidade nacional e d) Encerramento da greve.

O prof. Michel Zaidan solicitou anexação à Ata de documento de contribuição a este debate. Alternativamente foi proposto que o mesmo fosse divulgado da mesma forma que os demais documentos de contribuição ao debate apresentados ao Congresso, o que foi aprovado por ampla maioria.

Após o período inicial de debate, passou-se à aprovação de emendas e adendos ao relatório (que consta do Anexo 4).

Foi rejeitado (por ampla maioria) o adendo proposto como último item de 2.1.b.: “Por outro lado, a concepção geral do movimento na tática de luta relativa à questão salarial, continha vícios corporativistas que provocam o descrédito de seu potencial de luta em várias Ads. Entendemos que um dos ganhos internos do movimento a ser ressaltado é a mudança qualitativa que sofreu essa concepção no interior do movimento”.

Foi aprovado por 85 a 62 votos a supressão do item 2.1.b. que diz: “A priorização de itens da pauta em função da análise de conjuntura de cada AD, etc.”.

Foi aprovada (por maioria) a supressão do 8º parágrafo do item 2.1.c. que diz: “A priorização do item de pauta pelas Ads representou um rompimento com o princípio de unidade nacional”.

Declarou voto o Prof. Walmir (ADUFF) contra o “ caráter picotado na votação” e apontando as dificuldades da posterior redação do relatório.

Também o Prof. Pinguelli declarou voto esclarecendo que o relatório final tomará por base o documento da diretoria, os relatórios dos grupos e o pronunciamento da plenária sobre eles. Declarou ainda que a questão da priorização constitui o cerne da questão da unidade nacional.

No item 2.1.d. foram discutidos dois substitutos.

Foi aprovado (por ampla maioria) o substitutivo ao início da 1ª frase do item: “As dificuldades e diferenças internas ocorridas no momento que antecedeu o término da greve permitiu ao MEC...” etc.

Foi aprovado o substitutivo ao 2º parágrafo do item, da seguinte declaração: “ O agravamento da crise econômica (FMI, recessão, etc) e a linha política do governo adotada nas negociações dificultaram o M.D. a conquista salarial. Com isso, coloca-se de uma maneira renovada a necessidade de ampliação das alianças com os setores públicos federais e a classe trabalhadora”.

Foi aprovada (por ampla maioria) que o elenco de propostas do item 2.1.d. sejam encaminhadas às Ads como recomendações para discussão.

No item 2.2 CAMPANHA SALARIAL 83, após o período inicial de discussão foram aprovados por maioria, os pontos 1,2 e 3. No item 3 onde se lê organograma, leia-se cronograma.

Os pontos 4 e 5 são aprovados (por maioria) como indicativos.

Foram aprovados (por maioria) os pontos 6, 7 e 8.

Foi aprovado (por maioria) o substitutivo do ponto 9, a) “obtenção e elaboração de subsídios para a discussão em torno das reivindicações salariais e de carreira do M.D.”

Foi aprovado que o Congresso delega à diretoria da ANDES a responsabilidade de formar a comissão referida na proposta.

Foram aprovados (por maioria) os pontos 10, 11 e 12.

Foi aprovado por maioria, o ponto 13 com a seguinte redação: “A comissão salarial da ANDES deverá discutir com os delegados das Ads as propostas das comissões salariais por ocasião do CONAD”.

Foi aprovada (por ampla maioria) a supressão do ponto 14.

Foi aprovada como recomendação o ponto 15.

Foi aprovada a alteração do ponto 16 no seguinte sentido “..... a pauta de reivindicações de entidades representativas do funcionalismo público federal.

Foi aprovado (por ampla maioria) o ponto 17.

Foi aprovado (por ampla maioria) o substitutivo ao inciso 2º do ponto 18 “relação do M.D. com as entidades representativas dos servidores públicos federais, bem como o

substitutivo ao inciso primeiro do ponto 19: “pauta de reivindicações de entidades representativas de servidores públicos federais”.

Foi aprovada a supressão, no ponto 20, do trecho final: “tais como prestação de serviços, defesa da cultura popular e etc.”

Foi aprovada o ponto 21.

Foi aprovado o item 22 com a seguinte alteração: “Articulação com as entidades representativas dos servidores público federais visando...”.

Encerrado o item 2.2 foi aprovado o encaminhamento de discussão em bloco dos diferentes relatórios setoriais ao que se refere à Reestruturação do item 3 em pauta 3, seguindo a discussão do item:

#### 2.4 – Carreira e Condições de Trabalho

Foram aprovados (por ampla maioria) os pontos 1 e 2.

Foi aprovado o seguinte adendo ao ponto 3 (pág.21): “abertura imediata de concurso público para provimento de vagas e contratação de professores já concursados sendo o concurso público a única forma de contratação.

Foi aprovado que os pontos 4 e 5 (pág. 21) fossem discutidos no item 3, Reestruturação.

### C – FUNDAÇÕES FEDERAIS

Os informes sobre a atuação das Ads Federais Fundações em 82, é apresentado no ANEXO 4, pág. 22. O restante do relatório (aprovado por ampla maioria) vem a seguir:

#### 1 – Avaliação:

Características setoriais próprias, tais como o isolamento, a vinculação ao poder local, o autoritarismo, a repressão e o clientelismo, criam entraves de tal ordem para a ação coletiva que, até o momento, as Fundações, como setor não conseguiram superá-los a um nível satisfatório. Assim, por exemplo, no ano de 1982 a mobilização nas IES Fundacionais esteve reduzida a pouca Ads. Entretanto, podemos registrar vários avanços vinculados, em geral a luta de locais levadas por cada AD. Destacamos entre outras a reativação de algumas Ads e sua aproximação com movimento nacional; a luta pela implantação da

carreira docente em várias universidades: a manutenção do poder aquisitivo dos salários dos docentes por parte de algumas Ads, com a utilização inclusive do instrumento sindical (foi de fundamental importância nestas lutas salariais a publicação do boletim especial da ANDES para as Fundações com a tabela salarial de cada instituição). Algumas IES avançaram no processo de democratização da universidade, tendo por exemplo, realizado eleições diretas para a formação de listas dos reitoráveis; enfim, a resistência à repressão aberta em várias universidades, não deve ser esquecida.

Com as eleições de novembro último, e a mudança de governos estaduais está-se colocando claramente a perspectiva de nomeação de novos reitores, impostos por grupos que detém o poder local, prática constatada embora com limitado sucesso, pelas Ads dos Estados em que tais fatos ocorreram. Para que tal prática seja alterada é necessário terminar com disposições da lei 6.733, que impede eleições diretas à direção das universidades.

O fato mais destacado neste ano de 1982 para o setor das fundações foram as greves da UnB e da Ufscar e da UFS.

Na UnB, a greve resultou em medidas concretas no sentido de paulatinamente passar para o quadro dos professores colaboradores e os visitantes “permanentes”, de eliminar os contratos de trabalho por tempo determinado e de criar um novo projeto de carreira docente. Esta primeira greve da UnB abre perspectivas para o avanço do movimento docente no sentido de democratização interna e da elevação da consciência e participação do professorado.

Na UFSCar a greve contribuiu para barrar a tentativa do MEC de implantar os dispositivos contidos nos avisos ministeriais 473 e 474.

Na UFS a greve dos professores e alunos da área de Saúde resultou na garantia de melhores condições para o ensino médico naquela instituição.

Todos estes fatores, por mais êxito que neles tenham tido as Ads, não deixam de ser movimentos isolados. As lutas gerais para o conjunto do setor e aquelas que envolvem o setor das fundações com outros setores da ANDES mais especificamente a questão da reestruturação e da sociedade civil constituem a perspectiva que se coloca para o ano de 1983.



## 2 – Propostas Aprovadas:

Constatada a necessidade de um melhor entendimento dos efeitos do modelo jurídico financeiro das Fundações sobre a sua estrutura política e a prática administrativa, de ensino e de pesquisa, foi aprovada a realização de estudos, seminários locais, cujos resultados deverão ser consolidado por GT das Fundações de modo constituírem numa contribuição efetiva ao simpósio nacional sobre a reestruturação da Universidade. Foi elaborado um roteiro de questões a ser respondido pelas Ads até 15 de abril de 83 e divulgados a todas as Ads das Fundações até 30 de abril. As respostas ao roteiro embasarão os seminários locais e a reunião do Grupo de Trabalho a ser realizada nos dias imediatamente anteriores ao próximo CONAD e na mesma cidade sede. O objetivo do GT é propiciar subsídios para a discussão sobre o rastreamento da Universidade, além de um melhor conhecimento e instrumentação na luta pela democratização da Universidade.

OBS. – O roteiro de questões (diagnóstico) encontra-se à pág. 25 do ANEXO 4.

2 – Sobre a luta contra a lei 6.733 nas Fundações Universitárias, foi proposto e aprovado um conjunto de formas de encaminhamento:

2.1 – Acompanhamento e divulgação da emenda do Senador Humberto Lucena.

2.2 – Campanha conjunta das Ads com cartazes, documentos e divulgação na imprensa, marcando-se um dia nacional de luta.

2.3 – Produção de um documento a ser aprovado na plenária final do Congresso que reafirme o protesto contra a lei 6.733, relate o que já foi feito, tanto no âmbito da ANDES e ADS, como de outros setores da comunidade universitária e demais setores da população e conclame a todos a se engajar nessa luta. O documento deverá ser amplamente divulgado para apoiar a luta contra a lei 6.733 (ANDENDO).

2.4 – Continuidade das lutas em cada Universidade pela eleição de seus dirigentes. A luta local, é, de fato, a base da mobilização ampla contra a lei 6.733.

3 – Boletim Especial da ANDES sobre as Fundações.

4 – Quanto a questão da luta contra as perdas e achatamento salarial foi proposta e aprovada um princípio único para todas as campanhas de cada Fundação: o reajuste mínimo pelo INPC integral para todas as categorias sem perda do índice de produtividade. Aprovou-se ainda envio de ofício ao Ministério com reivindicações, reforçado por telegramas simultâneos de todas as Ads.

5 – Aprovou-se também participação da campanha contra o decreto-lei que modifica a lei salarial, de forma unificada e articulada com as Ads das Particulares e a participação no dia nacional de luta (22 de março).

6 – Foi aprovada a continuidade de confecção do comunicado divulgando as tabelas salariais.

## **RECOMENDAÇÕES**

1 – Foi aprovada a recomendação para uma campanha geral de sindicalização dos professores, ressaltando-se vantagens da assessoria jurídica e do apoio político dos Sindicatos atuantes conforme as experiências das Ads de Uberlândia e Brasília, Por outro lado, lembrou-se que em muitos locais os Sindicatos não atuantes teriam pouca contribuição a dar. Recomendou-se também que se procurasse junto ao Sindicato ou junto as Ads com mais experiências, um mais profundo conhecimento das questões trabalhistas.

2 – Foi reafirmada a necessidade de intensificação das trocas de informações entre as Ads das Fundações sobre o processo de reabilitação, sobre o andamento dos projetos de carreira e sobre os ..... e perdas dos movimentos nas suas lutas, como forma de fortalecer o conjunto do movimento. Foi também reafirmada a necessidade e a positividade de apoio da ANDES na divulgação à imprensa nacional dos pontos e momentos críticos das lutas específicas.

3 – Propostas rejeitadas.

Foi rejeitada (por ampla maioria) a supressão das palavras: o autoritarismo, a repressão e o clientelismo na segunda linha do item 1 (Avaliação).

## **D – PARTICULARES**

O Prof. Aloízio solicitou que conste em ata o .....  
Excessivo tempo do Congresso aplicado na discussão específica .....e propõem como encaminhamento que se incluísse no tema 3 – Reestruturação os pontos 1. Padrão único e Verbas Públicas no setor particular e da Reestruturação da Universidade, do relatório das Particulares.

O Prof. Roberto (ADUFRGS), solicitou que cortasse em .....manifestação contrária ao protesto do Prof. Aloízio por entender impróprio imputar ao setor das autarquias as dificuldades de encaminhamento.

Foi discutido o item 2.4.1 Balanço, sendo deliberadas as seguintes alterações ao texto do relatório (que consta do anexo 4 págs. 21 a 23).

Incluir no primeiro parágrafo a presença da ADUFC..... da Universidade Católica do Paraná.

Foi aprovado o substitutivo ao 1º parágrafo do item .... de avaliação (p. 28): “Avaliou-se que o movimento docente nas IES particulares tem caminhado com muitas dificuldades, tendo sido, inclusive, a .....pela repressão interna às IES. Outras porém tem ..... avanços a nível interno nas lutas pro democratização ..... carreira, acordos internos, etc. No seu conjunto o setor ..... impulso a partir da deliberação do VI – CONAD – VITÓRIA e criação do GT – Particulares”.

Foi aprovado a substituição, no 4º parágrafo do mesmo item, de “professores representando as escolas particulares” por “ professores representando as Ads das escolas particulares”.

A técnica das intervenções dos professores das Ads particulares foi o esforço do setor no sentido de sua plena integração ao MD e a necessidade de uma contrapartida dos outros setores dos problemas e propostas do setor.

Foi aprovado substitutivo ao 10º parágrafo da pág. 28: "O documento da ANDES sobre a universidade brasileira foi criticado pelo insuficiente conhecimento da realidade da rede particular e apontado que sem um aprofundamento das realidades setoriais fica dificultada a definição de uma política de transição para o Padrão único de Universidade".

No item 2.4.2 – Questões trabalhistas e relacionamento com o movimento sindical foi aprovada a seguinte alteração do 1º parágrafo (pág. 29) "A avaliação do trabalho sindical mostra a necessidade, para conseguir o atendimento das reivindicações trabalhistas, da integração dos professores à luta dos conjuntos dos trabalhadores, ampliação das articulações com a PRÓ-CUT e as intersindicais existentes bem como uma participação mais efetiva nos ENCLATS e no CONCLAT".

No item III – Propostas (pág. 30 do relatório), a proposta 1, referente ao documento do GT particulares foi transferida para o tema 3. Reestruturação.

A proposta 2 foi aprovada pro unanimidade, com o seguinte texto: "Realização de um Encontro Nacional de Ads, SINPROS, Federações e ANDES, sob a responsabilidade do GT Particulares, da Regional da ANDES que sediar o Encontro, diretoria da ANDES e do SINPRO local.

Na definição de pauta foi aprovado (por unanimidade) o adendo dos itens "Movimento Sindical: CONCLAT e CUT". "Situação Salarial" e "Condições de Ensino, Pesquisa e Extensão".

Foi aprovado ainda a inclusão da discussão da política de privatização do MEC, com a recomendação de que o GT elabore, a partir das contribuições já apresentadas, uma respostas ao documento da ABM – Associação Brasileira de Mantenedoras.

Foi aprovado adendo à proposta 4: "Apresentação ao MEC e ao Ministério do Trabalho" e "... protocolado no MEC e no MT".

Foi ainda solicitado à mesa a inclusão, no relatório das particulares dos informes relativos à ADURNE-CG, relativos a : demissões de funcionários e não contratação de professores, extinção das horas departamentais e atraso no pagamento de salários.

Foi aprovada (por ampla maioria) a supressão na proposta 8 (pág. 31 do relatório)

da expressão “de oposição”.

### **VI PLENÁRIA DO TEMA 3**

#### VI – 1 – REESTRUTURAÇÃO DA UNIVERSIDADE E A CAMPANHA DO ENSINO PÚBLICO E GRATUITO

- Local: Auditório da Faculdade de Direito da UFC

- Data: 04/02/83 às 18h40

- Mesa: Agamenon Tavares de Almeida, Emanuel José Appel, Raul Guenther, Carlos Martins e Luis Pinguelli Rosa.

Ao início dos trabalhos foi aprovado como encaminhamento a inversão de pauta e o início da discussão pelo ponto referente às questões de financiamento é na rede particular.

Considerando a impossibilidade de uma leitura cuidadosa do documento do GT das Particulares sobre “Padrão Único de Universidade e Verbas Públicas para a Rede .....” (anexo 5), o setor apresentou uma “proposta de encaminhamento de votação por escrito. (adendo I)”.

Várias intervenções de delegados do setor particular enfatizou a .....de uma definição do Congresso favorável à posição do GT das Particulares como .....para viabilizar a integração do setor à luta pela Reestruturação.

Outros delegados apontaram a necessidade de remeter a discussão às Ads para posicionamento futuro, alguns alegando desconhecimento prévio do debate. O Prof. Newton esclareceu, enquanto secretário-geral que as deliberações do CONAD-Vitória referentes a esse debate, foram informados às Ads e os textos da ADPURS e APROPUC/C foram publicados no Boletim da ANDES e distribuídos a todas as Ads num total de 40.000 exemplares.

Outras intervenções apontaram a impossibilidade de aprovação do item 5.6 em função de referencia aos itens que contém elementos fundamentais na posição da ANDES referentes ao ensino público.

Foi aprovado o encaminhamento de uma comissão composta pelos Profs. Pinguelli, Aloízio, Ari e Neidson para redigir um substituto à proposta do setor, e qual se retira do plenário.

Posteriormente trazido à deliberação do plenário foi aprovado (por ampla maioria) o texto (adendo 2) substitutivo à referida proposta de encaminhamento bem com os itens 5.5 e 5.6 (pág. 43 do relat.), o qual deve ser enxertado no item 5 do relatório.

O Prof. Paulo (APUFSC) declarou voto em “protesto contra o autoritarismo da mesa, que não aceitou a apresentação de nova proposta”.

A mesa esclareceu que os trabalhos encontravam em regime de votação e que ..... caso ela estava regimentalmente impedida de receber novas propostas antes de realizado à votação.

O Prof. Boeira (ADPPUC-RS) declarou que o documento da ANDES mantém pontos estreitos em relação às particulares que a questão das verbas para as mantenedoras está superada não podendo ser senão desonestidade na interpretação apresentada pelo presidente da entidade.

O Prof. Pinguelli repudia a colocação do Prof. Boeira e solicite o voto de confiança ao Plenário sob pena de demitir-se da presidência da entidade.

Outros interventores apelam à retratação dos dois companheiros e apontam a necessidade de garantir a unidade do movimento e de avançar na discussão da política concreta do M.D.

O Prof. Pinguelli insiste em que a mesa coloque em votação de confiança e a mesa indaga ao Prof. Boeira se quer fazer uso da palavra antes do encaminhamento.

O Prof. Boeira aponta o esforço político da ADPPUCRS em particular do Congresso mantém o protesto contra qualquer insinuação de que a delegação estivesse defendendo recursos públicos para as mantenedoras mas, em nome da ..... do movimento” retira a caracterização da atitude do prof. Pinguelli, sendo intensamente aplaudido pela plenária.

A seguir o Prof. Pinguelli faz autocrítica de tom proventura excessivo de suas intervenções no debate e considera o incidente superado, sendo também aplaudido ..... pela plenária.

Prosseguindo os trabalhos a mesa retorna a discussão da Reestruturação e propõe

como encaminhamento a consideração em conjunto dos itens .....(pág. 37 a 39 do rel.) 3.2 (pág. 39 a 41), 3.1.4 (pág. 39) chamando atenção a que todas contemplam um processo de discussão e propõe a deliberação ordenada em: a) temas; b) Cronograma e c) Recomendações e processos de discussão. Propõe ainda que as diferentes propostas de elaboração de anteprojetos de lei sejam subdivididos em: A) Geral e B) Específicas.

Aprovada (por ampla maioria) o encaminhamento, o plenário ..... à secretaria da mesa a tarefa de consolidar as propostas aprovadas para este relatório.

Quanto ao temário são consideradas as propostas 3.1.3.c (pág. 38 do relatório) e 3.2.4.c. (pág. 41 do rel.) e aprovado (por ampla maioria) à secretaria da tarefa de compatibilização, incluindo os seguintes adendos:

Aprovada (por ampla maioria) a inclusão do tema Verbas Públicas para a Rede Particular, junto ao item financiamento.

Aprovada (por ampla maioria) a inclusão do item Relacionamento entre o M.D. e a sociedade.

Rejeitada (por ampla maioria) a supressão do item Desvinculação do .....

Com esses adendos e devidamente compatibilizado pela secretaria da mesa o temário aprovado é o seguinte:

1 – Regime Jurídico

2 – Carreira do Magistério

3 – Administração Acadêmica

- relações com MEC e o CFE

- Conselho Interuniversitário

4 – Financiamento da Universidade

- orçamento global

- verbas públicas para IES para privadas

- fundações privadas nas IES públicas

5 – Estrutura de Poder e Democracia Interna

- alternativas as leis 5540 e 6733

6 – Avaliação da Produção Universitária

- ensino, pesquisa, extensão e trabalho docente

## 7 – Relação entre o Movimento Docente e a Sociedade

Quanto ao cronograma de atividades, considerando as propostas 3.1.3.d (pág. 38 do relatório). 3.1.4 (pág. 39) e a proposta 3 de encaminhada à mesa, esta propõe e é aprovado (por ampla maioria) o seguinte cronograma geral de atividades referentes a luta pela Reestruturação.

Março/Maio - Seminário Internos nas IES

Junho – Simpósio Nacional sobre Reestruturação da Universidade promovido pela Andes e outras entidades

- CONAD

Julho – Mesa Redonda sobre o tema na SBPC

2º semestre – Encontro Nacional com Professores, estudantes e funcionários.

Quanto ao processo de preparação:

Duas propostas de coordenação dos trabalhos são apresentadas, uma atribuindo essa função ao GT de Política Educacional e outra propondo a formação de uma Comissão Coordenadora especificamente para esse fim na qual estejam representados os quatro setores.

É aprovado (por maioria) a proposta alternativa de formação de uma Comissão Coordenadora, composta por 1 representante de cada setor, com o objetivo de coordenar as contribuições das Ads e consolidar um roteiro de discussão para o CONAD, a partir dessas contribuições.

Posteriormente são indicados os professores Ivan Costa pelas Fundações, Neidson pelas: Autarquias, Eliezer pelas Estaduais e Sidney pelas Particulares, sendo aprovado ainda que a diretoria ainda que a diretoria deverá indicar um membro para compor a Comissão.

É rejeitado (por 52 a 44 votos) o adendo à proposta 3.1.3.b de que cada tema do temário aprovado seja necessariamente tratada em documento específico por pelo menos uma AD de cada setor.



Quanto aos encaminhamentos propostos no item 3 (pág. 39 do relatório).

Foi aprovada (por ampla maioria) a supressão da proposta 3.2.1.: “Que a ANDES deflagre..... etc.”

Foi rejeitada (por ampla maioria) a inclusão de substitutivo a 3.2.1 que substitui “anteprojeto de lei” por “Projeto de Reestruturação”.

Foi aprovada (por ampla maioria) a supressão parcial do item 3.2.2 sendo derrotada a proposta de supressão total. Na formulação aprovado o texto termina em “... envio ao Congresso Nacional”.

O Prof. Márcio (ADUFRN) declarou voto justificando sua ..... pela “identificação do que é consensual”.

A proposta 3.2.3 fica incorporada a 3.2.2, no limite de sua aprovação.

A proposta 3.2.4, ficou incorporada ao anteriormente aprovado sobre encaminhamentos gerais da Reestruturação, nos limites de sua aprovação.

Quanto ao item 3.3 – Encaminhamentos de luta:

Foi aprovado por ampla maioria, a proposta 3.3.1, nos sentido da criação de uma C.P.I. sobre o ensino superior.

Foi aprovada por ampla maioria a proposta 3.3.2 no sentido de influir junto à parlamentares na votação e fiscalização da proposta orçamentária.

Foi aprovada por ampla maioria ao caráter de recomendação à proposta 3.3.3 que aponta a realização de um Simpósio Nacional sobre o ensino de 3º grau no Congresso Nacional, tendo sido derrotada a proposta de exclusão deste ponto.

Foi aprovada por ampla maioria, a proposta 3.4.1 sobre a questão de escolha de dirigentes enfatizando a importância das prévias eleitorais.

Foi aprovada por ampla maioria, a proposta 3.4.2 no sentido de uma reorientação das atividades da Universidade para um maior relacionamento com os interesses sociais.

Considerou-se superada, em fase da anterior, a proposta 3.4.3.

Quanto ao ponto 4 – Trabalho docente e Padrão Único: Foi aprovada por ampla maioria, a proposta 4.1 referente à discussão de critérios para progressão funcional com o adendo de que se trata de uma questão específica das autarquias.

Foi aprovado por ampla maioria a supressão da proposta 4.2 referente a reformulação curricular.

Quanto ao ponto 5 . Questões Gerais de Financiamento:

Considerou-se superada a proposta 5.1 sobre verbas públicas para IES Privadas.

Foi aprovada (por ampla maioria) a proposta 5.2 sobre a necessidade de um documento explicando as implicações da não suplementação de verbas em 83.

Foi aprovada por ampla maioria, a proposta 5.3 sobre financiamento de pesquisa, com o adendo ao item b) “.... abertos aos professores de todos os setores”.

Foi retirada a proposta 5.4.

Foram consideradas superadas as propostas 5.5 e 5.6 referentes ao financiamento para o setor privado.

Quanto ao item 6. Recomendações:

Foi aprovada (por ampla maioria) a proposta 6.1 de divulgação dos documentos a contas das Universidades.

Foram consideradas superadas as recomendações 6.2 e 6.3 sobre o documento do GT Particulares e a questão regime jurídico, respectivamente.

Foram consideradas superadas as recomendações 6.4, 6.5, 6.6 e 6.7, sobre divulgação de documentos relativos à Reestruturação e à questão do financiamento à rede privada:

Foi aprovado (por ampla maioria) o seguinte substitutivo à recomendação 6.8: “Que as Ads procurem estudar a situação das CETECS – Centros de Educação Tecnológica – existentes no país e se articulem com eles.

Foi aprovada (por ampla maioria) a supressão do item a das Propostas Adicionais do Relatório Setorial das Autarquias (pág 19) referentes às fundações privadas dentro das IES Federais.

Foi aprovada por ampla maioria, a recomendação 6.9, com o seguinte adendo: “(..... com orçamento próprio...) bem como através das tentativas experiências que realizou os docentes da luta cotidiana pela democratização do ensino, pesquisa e extensão... (objetivando etc...)”.

## ADENDO

### DOCUMENTO SOBRE A LEI 6.733

Os docentes universitários brasileiros, unidos no II Congresso da ANDES, em Fortaleza –CE, de 31/1 a 4/2/83 repudiam mais uma vez a lei 6733 aprovada por decurso de prazo em novembro de 1979, e que atribui ao Presidente da República, única e exclusivamente, a nomeação dos dirigentes das Fundações Federais, sem limite de mandato.

Desde essa data, a Lei 6.733 vem cumprindo seus nefastos objetivos: marginalizar a comunidade universitária do processo de poder interno à Universidade e permitir a nomeação de verdadeiros “interventores” de um poder externo e distante que tenta de todas as formas eximir-se de sua obrigação de prover recursos para um ensino público e gratuito em todos os níveis.

A universidade que deveria ser um Centro de debate e de cultura transforma-se muitas vezes em mero instrumento nas mãos de grupos políticos regionais locais ou ainda no feudo de indivíduos que se perpetuam no poder sem o menor compromisso com a comunidade universitária pela qual não foram eleitos. Como consequência mais imediata verifica-se hoje, apenas passados 3 anos, que a quase totalidade das Universidades Federais, Fundações estão sob o poder de reitores biônicos.

A Lei 6733 tem sido prematuramente refutada pelos setores mais representativos da comunidade universitária brasileira, tais como Ads, ANDES, UNE, FASUBRA, CRUB, etc.

Dentre as várias formas de luta desenvolvidas contra a Lei 6733 destacamos as reiteradas manifestações da ANDES, o abaixo-assinado dos docentes das Univ. Fed. Fundações entregue ao Sr. Ministro da Educação e as diversas e em grande parte frustradas tentativas de docentes, funcionários e das IES fundação em eleger seus dirigentes em todos os níveis. Acrescente-se ainda as manifestações contrárias à Lei 6733 de órgãos colegiados superiores de algumas universidades Fundações (Conselhos Universitários e Conselhos de

Ensino e Pesquisa), assim como a luta desenvolvida a nível parlamentar que visa aprovar a emenda do Senador Humberto Lucena que, se aprovada retiraria as Fund. Fed. Universitárias do âmbito desta Lei.

É forçoso, entretanto, constatar que essas iniciativas mostram-se insuficientes para pôr fim a esta autoritária e antidemocrática, o que exige do movimento Docente novos posicionamentos e novas formas de ação.

Diante disso os docentes universitários reunidos no II Congresso Nacional da ANDES resolveram redobrar seus esforços na luta pela revogação dessa Lei e conclamam a todas as entidades representativas das lutas da sociedade civil e mais especialmente a comunidade universitária a se engajarem nesse processo contra a Lei 6733 e a favor da democratização e da liberdade das universidades brasileiras.

## **ADENDO I**

### PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO DA VOTAÇÃO DO TEXTO “PADRÃO ÚNICO DE UNIVERSIDADE DE VERBAS PÚBLICAS NA REDE PARTICULAR”

#### PRELIMINARES

A “Proposta das Ads e da ANDES para a Universidade Brasileira” está sendo objeto de reflexão, discussão e crítica pelo Movimento Docente (MD) e, em especial pelo setor das particulares. A procedência de boa parte dessas críticas resumiu na aprovação durante o 6º CONAD da constituição do Grupo de Trabalho das Particulares encarregado de centralizar e dar uma forma final ao conjunto dessas posições

## **ADENDO 2**

Este Congresso, tendo em vista a insuficiência da Proposta da ANDES para a Univ. Brasileira com respeito às questões das Univ. Particulares, em especial no item 4 da 2º parte, resolve e remete à discussão pelo movimento os seguintes pontos.

1 – Reafirmar o posicionamento unitário do MD contrário à captação de recursos públicos pelas entidades mantenedoras.

2 – No sentido de realizar objetiva e praticamente a implementação do padrão único de qualidade para a universidade brasileira, seja ela pública ou privada, impõe-se à efetivação de uma política de transição que há um tempo respeite os princípios e contemple as bases históricas e reais do cotidiano do ensino superior no país.

3 – Na atual conjuntura de crise onde se intensifica a estratégia a estratégia privatizante do MEC em relação ao ensino superior é preciso reafirmar a necessidade de expansão de vagas na rede pública e congelamento da rede particular de ensino.

4 – Nesse contexto uma política de transição para as IES particulares que efetivamente procure caminhar na direção do padrão único de qualidade deverá assegurar:

- a) democratização interna
- b) o controle público da vida universitária
- c) o estabelecimento de uma carreira docente unificada nacionalmente
- d) integração do ensino, pesquisa e extensão.

5 – Quaisquer recursos do Estado destinados à implementação deste programa deverão se submeter ao controle público e democrático da comunidade de universitária a que se destinam e deverão ser aplicados exclusiva e diretamente para estes fins sem nenhuma intermediação das mantenedoras.

## **VI – 2. Campanha do Ensino Público e Gratuito**

- Local: Auditório da Faculdade de Direito da UFC

- Data: 05/02/83 – 2h

- Mesa: Profs. Newton Lima Neto, Agamenon Tavares de Almeida, Helena Cartaxo e Sadi Dal Rosso.

Por decisão da Plenária (ampla maioria) a ordem de discussão desse item foi invertida com a discussão do: Tema 4 . Por isso, o Tema Campanha pelo Ensino Público e Gratuito entrou em discussão às 2h da madrugada do dia 05/02.

Iniciando a discussão da parte I do tema III – Campanha do Ensino Público e Gratuito – a mesa aponta que alguns pontos desta parte coincidem com o já discutido na parte anterior – Reestruturação da Universidade – e propõe como encaminhamento a discussão imediata das demais considerações e propostas apresentadas pelo relatório dos grupos.

Uma proposta apresentada do plenário aponta para a “situação do plenário” e indica remeter a discussão global do relatório para o próximo CONAD autorizando entretanto a diretoria a dar uma série de intervenções de protesto:

A delegação do Paraná afirma que se estará desconsiderando o caráter popular da Campanha e seu significado para a sociedade.

A delegação da ADUFGO concorda com a proposta e protesta por ter sido o item delegado a posição secundária na organização da pauta.

Prof<sup>a</sup>. Zélia e Jane, da ADUFPA, também registram seu protesto.

Prof<sup>a</sup> Marilene da ADUFA indica a situação como resultado da desorganização.

Prof. Márcio, da ADUFRN, lamenta que o Congresso termine tão melancolicamente e propõe que se garanta um tempo específico para a discussão da CEPG na pauta do CONAD.

O Prof. Ari, da APROPUC/C, protesta e encaminha contra a proposta de não discussão desse item no Congresso.

Em votação, é aprovada (por 60 votos contra 46 e uma abstenção) a suspensão da discussão do item.

São solicitados registros em ata dos protestos da Prof. Jane, Prof. Ari, Prof<sup>a</sup> Sonia da APROPUC/SP e da delegação da ADUNIMEP.

Nesse momento da plenária, o prof. Standart retira sua proposta de discussão da greve de um dia, mas solicita seu registro em ata, como se segue:

Proposta aprovada no Grupo G, por consenso:

- Que saia deste Congresso recomendações as Ads para avaliarem a viabilidade de realização de uma greve no país em conjunto com os demais trabalhadores, por um dia, em protesto contra a política de arrocho salarial de governo, bem como indicativos de datas.

- Que no CONAD seja unificada uma data, se for o caso, e que a ANDES apresente e defenda esta proposta na proposta na próxima CONCLAT, em agosto próximo.

### VI . 3 – CRECHE

O relatório do grupo foi aprovado na íntegra com dois votos contra e duas

abstenções. É o que se segue:

Apesar de pouco discutido houve consenso da necessidade de creches nas IES. Desse modo foram elaboradas as seguintes recomendações.

1 – Abrir espaço no Boletim da ANDES para informar sobre os movimentos embrionários que se formam nas IES pela criação e ampliação das creches;

2 – Orientar as Ads no sentido de que informem sobre suas experiências neste plano.

3 – Articular a nível nacional estas iniciativas, com vistas a transformá-las numa campanha de grande porte.

4 – Que o MD intensifique a luta por melhoria das condições de trabalho incluindo a de criação de creches para filhos de alunos, professores e funcionários paralelamente à luta de toda a sociedade por este mesmo fim.

#### **VII – PLENÁRIA TEMA 4**

- Local; Anfiteatro da Faculdade de Direito da UFC

- Data: 04/02/83 (início as 22 h)

- Composição da Mesa

- Prof. Newton Lima Neto

- Prof. Sadi Dal Rosso

- Profª Helena Cartaxo

- Prof. Agamenon T. de Almeida

Por aprovação do plenário, a pauta foi invertida, discutindo-se incidente as Questões Estatutárias. As 24h, do dia 04 a mesa submeteu ao plenário a prorrogação do Congresso para o dia 05/02 (madrugada). A proposta foi aprovada por unanimidade.

#### 4.2 – Questões Estatutárias

1- Alteração do Art. 29 do Estatuto, sobre a escolha de delegados aos CONADS. Foi aprovada a seguinte redação para o corpo do artigo: “O CONAD é composto por um delegado de cada Ad filiada à ANDES, indicado na forma deliberada pela AD, através de sua instância ..... (proposta 1, com 101 votos na segunda votação e 62



votos na primeira votação).

Foram rejeitadas as seguintes propostas:

“A Assembléia Geral poderá delegar a outra instância deliberativa a escolha do delegado da Ad ao CONAD (proposta 2, com 04 votos na segunda votação e 27 na primeira votação).

- “Manutenção do texto conforme estatuto (proposta 4, com 37 votos na segunda votação e 27 votos na primeira votação)

“O CONAD é composto por um delegado de cada Ad filiada, eleito por qualquer uma de suas instâncias deliberativas nos termos estatutários de cada entidade” (proposta 5, com 25 votos na primeira votação).

Houve ainda 5 abstenções na segunda votação e 8 na primeira votação.

OBS.1 – Na primeira votação, foi retirada a proposta 3 (“O CONAD é constituído por um delegado de cada Ad filiada à ANDES em favor da nº 5).

OBS.2 – Como na primeira votação, nenhuma proposta obteve 50% + 1 dos votos, houve a segunda votação, concorrendo as propostas 1, 2 e 4, por decisão do plenário (ampla maioria).

OBS.3 – Por decisão do I CN (Florianópolis) as alterações estatutárias podem, no IICN, ser aprovados com cinquenta por cento mais um (50% + 1) dos votos do plenário.

OBS.4 – Houve duas declarações de voto. Carlos Martins (diretor da ANDES APROPUC/C): a votação foi extremamente importante pra a Regional de SP, não tem caráter casuístico, representa nova fase no relacionamento com ADUSP.

Rubens Lyra (diretor da ANDES/ADUFPB-CG): manifestou seu protesto, porque a proposta vencedora foi alvo de articulações em termos casuísticos.

2 – Alteração do mandato da atual diretoria e modificação do período de eleições.

Foram aprovados por unanimidade as seguintes redações para os artigos 49, 50 e 53.

Art. 49 – A eleição da diretoria será convocada para o mês de maio dos anos pares pelo presidente em exercício, com pelo menos 90 (noventa) dias de antecedência.

§ Único: redação idêntica à do original.

Art. 50 – O Congresso Nacional anterior à data da realização das eleições elaborará o regimento e elegerá uma Comissão Eleitoral que será responsável pelo processo eleitoral, de acordo com o previsto nestes estatutos e regimentos.

Art. 53 – Será proclamada eleita a chapa que obtiver maior número de votos, e a diretoria eleita será empossada num prazo até 45 dias (quarenta e cinco ) dias após a data de realização das eleições durante o CONAD.

3 – Que ainda para o próximo Congresso, as alterações estatutárias sejam aprovadas com cinquenta por cento mais um dos votos (disposição transitória).

4- O local do III CN.

Conforme prevê o Art. 23, cabe ao IICN deliberar o local do próximo Congresso.

Foi proposto, e aprovado com 1 voto contra e três abstenções, a delegação dessa tarefa ao CONAD.

5 – Representação no III CN.

Conforme prevê o Art. 21, cabe ao II CN deliberar a proporcionalidade para a representação dos delegados no próximo Congresso.

Foi aprovado, com uma abstenção, que deve ser mantida a mesma proporcionalidade do II CN.

### **Recomendações**

1 – Discutir no III CN – ANDES:

- a) critério de proporcionalidade (redução do nº de delegados)
- b) época dos Congressos e periodicidade

2 – Realização de encontros regionais, com participação ampla, com o objetivo de preparação para o Congresso Nacional da ANDES.

3 – Que os documentos oficiais do Congresso sejam distribuídos com antecipação para que possam ser discutidos nas Ads a ..... as delegações possam ser efetivamente mais representativas.

4 – Colocar a infra-estrutura (sindicatos, associações de bairros, etc) para conferências, palestras, discussão sobre temas de interesse dessas respectivas entidades, relacionando-as com o ..... própria Universidade.

5 – Critério de escolha de local do próximo Congresso, que considere a concentração de Ads no raio de 700Km.

#### 4.1. QUESTÕES FINANCEIRAS

Inicialmente foram dadas explicações de Plenário sobre a situação da ANDES, pelo Prof. Marco Antônio que justificou a necessidade de um reajuste imediato na contribuição que ..... no período de 500:

1 – Foram aprovadas quanto ao reajuste da mensalidade:

a) A proposta de reajuste pra Cr\$ 120,00 por associado, a partir de fevereiro/83 (com uma abstenção e nenhum voto contra).

b) Que a Diretoria da ANDES elabore um planejamento financeiro a ser enviado as Ads e apreciado no próprio CONAD, que ..... para a definição de um novo reajuste em função dos compromissos da entidade. Cabe ao próximo CONAD deliberar sobre o novo reajuste (com uma abstenção e nenhum voto contra)

c) Que a diretoria da ANDES elabore uma proposta, a ser apreciada às Ads e apreciada no próximo CONAD, alternando a forma de contribuições das Ads, no sentido de favorecer as Ads mais carentes (por ampla maioria)

Sugestões ao estudo que será feito pela Diretoria (por ampla maioria):

a) Que o ..... indica de reajuste da contribuição baseia-se no INPC.

b) Montar atividades que possam resultar em aumento de verbas: a) dirigidas fundamentalmente para o interior de movimento docente; b) extensiva a toda a comunidade.

## 2 – Quanto ao custo médio (rateio) dos CONADs:

A profª. Maria José da Diretoria, explicou as dificuldades que tem encontrado para receber das Ads devedoras o pagamento das suas cotas relativas ao custo médio dos CONADs. Cinco Ads devem o CONAD de Belo Horizonte e sete devem o de Vitória, prejudicando as Ads que têm a receber.

Em função disto, foi aprovada a proposta de que o credenciamento ao CONAD também estará subordinado ao fato de a Ad estar em dia com relação ao pagamento do custo médio dos CONADs anteriores, (com duas abstenções, e dois votos contra).

## 3 – Quanto ao acerto do custo médio do II CN

Foi aprovado que será feito através da Tesouraria da ANDES (por ampla maioria).

## 4.3 – Local e data do 7º CONAD

Foi aprovada a proposta de delegar a definição do local e data do 7º CONAD à diretoria (com 66 votos).

Foi rejeitada a proposta de que essa definição fosse tomada pelo plenário do II CN (com 58 votos).

Houve três sugestões de cidade Piracicaba (SP), Goiânia e Rio de Janeiro.

## **VIII – PLENÁRIA DE ENCERRAMENTO**

- Local: Anfiteatro da Faculdade de Direito da UFC

- Data: 05/05/83 (início às 3h)

- Composição da Mesa:

- Prof. Luis Pinguelli Rosa

- Prof. Newton Lima Neto

- Prof. Sadi Dal Rosso

- Prof. José Furtado Filho

- Prof. Agamenon Tavares de Almeida

### **MOCÕES:**

Em virtude do adiantado da hora, o presidente da ANDES, com consentimento do plenário, colocou em votação apenas a moção de congratulações e agradecimentos pelo trabalho da ADUFC, na organização do II CN – ANDES (aprovado por aclamação). Durante o Congresso foi aprovado o documento da ANDES contra a Lei 1982/82, cujo texto é apresentado no ANEXO 7. Em seguida passou a leitura dos títulos das moções apresentadas (que compõem o ANEXO 6) que serão apreciadas pela Diretoria da ANDES.

### **ENCERRAMENTO**

O Presidente da ANDES agradeceu a participação dos delegados, a nada mais havendo a considerar, declarou, às 03h 30 do dia 05/02/83, encerrando o II CONGRESSO NACIONAL DA ANDES.

**RELATÓRIO DO II  
CONGRESSO NACIONAL  
DA ANDES**

**FORTALEZA, 31 DE JANEIRO A 4 DE  
FEVEREIRO DE 1983**

# ANEXOS

## ANEXO I

### RELAÇÃO DAS ADS PARTICIPANTES O II CN

1 – ADUFPI-PI	38 – ADURN-RN
2 – ADUSP-SP	39 – APROFURG-RS
3 – ADUFU-MG	40 – APUFPR-PR
4 – ADUFSCAR-SP	41 – ADUFRGS-RS
5 – ADUFOP (OURO PRETO)-MG	42 – ASPESAL(LAVRAS)-MG
6 – ADPUC-RJ	43 – ASPEC(CAJAZEIRAS)PB
7 – APROPUC-SP	44 – APUC (GOIÁS) - GO
8 – ADEPM –SP	45 – APES/JF - MG
9 – APROPUC/C-SP	46 – ADUFC - CE
10 – ADUFMAT-MT	47 – ADUFAL-AL
11 – ADUNICAMP-SP	48 – APUB-BA
12 – ADUNB-DF	49 – APUFSC-SC
13 – ADUNISINOS-RS	
14 – ADUFS-SE	
15 – ADUEM – PR	
16 – ADUNIMEP-SP	ADS PARTICIPANTES COMO
17 – ADUNESP-SP	OBSERVADORES
18 – DOCEND-RJ	
19 – ADUCS (CAXIAS DO SUL) –RS	
20 – APROFAMO (MOEMA) – SP	50 – ADURNE-PB
21 – ADPPUCRS – RJ	51 – ASPUV (VIÇOSA)-MG
22 – ADUSU-RJ	52 – ASDESAM (MOSSORÓ)
23 – ADFCAP-PA	RN
24 – ADUFPA-PA	
25 – ADUA-AM	
26 – ADUFES-ES	



27 – APUSM-RS

28 – APUBH-MG

29 – ADUFPB/JP-PB

30 – ADUFPB/CG-PB

31 – ADUFEPE-PE

32 – ADUI (IJUÍ) – RS

33 – ADUFF-RJ

34 – ADUR-RJ

35 – ADUFERPE-PE

36 – ADUFRJ-RJ

37 – ADUFG-GO

## ANEXO 2

### REGIMENTO DO II CONGRESSO NACIONAL DA ANDES

#### CAPÍTULO I

##### DO CONGRESSO

Artigo 1º - Os docente do Ensino Superior filiados à ANDES reunir-se-ão no II Congresso, de 31 de janeiro a 4 de fevereiro a 4 de fevereiro de 1983, em Fortaleza, Ceará.

Parágrafo Único – Cada associação de Docente terá direito a se fazer representar por uma delegação constituída conforme decisão do I Congresso realizado em Florianópolis – SC, em fevereiro de 1982.

Artigo 2º - O Congresso terá como finalidade deliberar sobre questões da pauta de trabalho a ser aprovado no seu início.

#### CAPÍTULO II

##### DOS ÓRGÃOS DO CONGRESSO

Artigo 3º - O Congresso será constituído dos seguintes órgãos:

I – Comissão Organizadora

II – Comissão Diretora

III – Grupos de Estudo

IV – Plenária

Artigo 4º - Os trabalhos preparatórios do Congresso, incluindo as sessões de abertura e instalação, serão de responsabilidade da Comissão Organizadora.

Artigo 5º - O Congresso será dirigido pela Comissão Diretora, composta de 19 membros, sendo 17 da Diretoria da ANDES e 2 da Comissão Organizadora local.

Parágrafo Único – As Comissões oficiais do Congresso serão de responsabilidade da Comissão Diretoria.

Artigo 6º - As Mesas Diretoras das sessões Plenárias serão assim constituídas:

- Presidente

- Vice-Presidente

- Secretário Geral

- 2 subsecretários

Parágrafo Único – A Comissão Diretora indicará entre seus membros os componentes das mesas Diretoras.

Artigo 7º - Ao Presidente compete:

- a) preparar junto com o Secretário geral, a ordem do dia das sessões plenárias;
- b) dirigir as sessões plenárias, orientando os debates e promovendo as votações de acordo com as normas deste;
- c) assinar as atas das reuniões junto com o Secretário Geral.

Artigo 8º - O Vice-Presidente auxiliará ao Presidente nos trabalhos da mesa

Parágrafo Único – O Vice-Presidente substituirá o Presidente nas suas faltas e impedimentos, na direção das sessões.

Artigo 9º - Ao Secretário Geral compete, preparar com o Presidente a ordem do dia das sessões plenárias e elaborar e assinar suas atas.

Artigo 10º - Aos sub-Secretários compete auxiliar ao Secretário Geral.

### CAPÍTULO III

#### DOS PARTICIPANTES

Artigo 11º - Serão participantes do II Congresso da ANDES, os docentes do Ensino Superior Inscritos e as pessoas convidadas pela Comissão Organizadora.

§ 1º - Os convidados, a critério da Comissão Organizadora, terão direito a voz.

§ 2º - Os membros da delegação devidamente credenciados terão direito a voz e voto.

§ 3º - Os docentes do ensino superior não-integrantes da delegação, devidamente credenciados, serão considerados observadores e terão direito a voz.

### CAPÍTULO IV

#### DOS GRUPOS DE TRABALHO

Artigo 12º - Os grupos de trabalho serão formados por delegados e observadores contando com, no máximo 30(trinta) delegados.

Parágrafo Único – Serão formados tantos grupos quantos forem necessários, pela Comissão Organizadora, respeitando o seguinte critério: só poderá haver mais de 1 (um) delegado por Ad em cada grupo caso a delegação tenha representantes em todos os grupos.

Artigo 13º - Os grupos de trabalho terão um presidente, um relator e um Secretário eleitos pelo grupo.

Artigo 14º O presidente dirigirá a reunião e assinará, co o Relator, o relatório do Grupo, encaminhando-o à Comissão Diretora.

Parágrafo Único – Deverá constar no relatório o número de votos de cada proposta.

Artigo 15º - Os relatores reunir-se-ão ao final dos trabalhos dos grupos para elaboração do relatório geral, a ser apresentado ao Plenário.

## CAPÍTULO V

### DAS DISCUSSÕES E VOTAÇÕES

Artigo 16 – Quando uma proposição estiver em debate no plenário, a palavra somente será concedida para discuti-la a quem se inscrever na Mesa Diretora, respeitada a ordem cronológica de inscrição.

Artigo 17 – A discussão de cada matéria poderá ser encerrada pela Mesa, após consulta ao Plenário, atendidas as inscrições feitas antes da decisão.

Artigo 18 – As discussões e votações dos temas da Plenária terão o seguinte procedimento:

- a) fase de discussão, com tempo de três minutos improrrogáveis para cada orador;
- b) fase de encaminhamento de votação, com tempo de três minutos improrrogáveis, com um encaminhamento contra e um a favor . Não havendo encaminhamento contra, não haverá a favor.
- c) a votação será feita através de levantamento, pelos delegados, do cartão de voto.
- d) toda deliberação sra por maioria simples.

Artigo 19 – O orador poderá conceder, a seu critério, até dois aparteantes diferentes, o tempo de um minuto máximo improrrogável por aparte, não descontados do seu tempo.

Artigo 20 – As questões de ordem terão preferência sobre qualquer assunto, sendo apreciadas pela mesa, cabendo recurso ao Plenário.

Parágrafo Único – Não serão aceitas questões de ordem durante o encaminhamento das

votações.

Artigo 21 – Em regime de votação não serão aceitas questões de ordem ou de esclarecimentos.

Artigo 22 – A ordem de inscrição será rigorosamente obedecida não sendo permitido a nenhum orador ceder sua vez ou tempo, total ou parcialmente, a outro.

Artigo 23 – As deliberações serão tomadas com a presença mínima de 50% dos delegados credenciados. Os casos omissos neste regimento serão solucionados pela Comissão Diretora.

## ANEXO 3

### CONTRIBUIÇÃO DA DIRETORIA ÀS DISCUSSÕES DO II CN

A Diretoria da ANDES com a preocupação de contribuir e motivar o debate livre e democrático do II Congresso encaminha estes textos aos Grupos de Trabalho.

#### 1 – ANÁLISE DA CONJUNTURA E AVALIAÇÃO DO MOMENTO POLÍTICO EDUCACIONAL

##### 1.1 – A CRISE POLÍTICA E ECONÔMICA E SEU DESDOBRAMENTO SOBRE A EDUCAÇÃO

1. A gravidade e as conseqüências da crise econômica atual talvez sejam uma das principais questões políticas desde período de profundas e aceleradas mudanças.

A crise internacional, o estrangulamento do balanço de pagamentos, a tutela do FMI e dos grandes banqueiros internacionais e o rumo da política econômica oficial dificilmente permitirão solucionar a lamentável situação em que se encontra a economia brasileira.

O aprofundamento de recessão e a aceleração inflacionária deverão elevar os alarmantes níveis de desemprego e deteriorar as condições gerais de vida da população brasileira, tensionando o momento dificilmente poderão ser atendidas ou “negociadas”.

A redução de déficit orçamentário público programou para este ano de 1983 profundos cortes nos investimentos das estatais e uma redução compulsória de 12% no orçamento de alguns ministérios, inclusive o MEC. A desobrigação do Estado frente à educação e à Universidade deverão se acentuar ainda mais.

A imposição de programas notadamente recessivos volta a agir com maior gravidade a

remuneração do funcionalismo público e demais assalariados com as alterações governamentais na política e salarial, e a abolição do reajuste semestral que começa a ser anunciada. A dimensão da crise econômica deverá nos colocar numa luta de resistência no que se refere às verbas para educação e reivindicações trabalhistas;

2. No complexo cenário de transição política vivida pela sociedade brasileira, os resultados eleitorais de 15 de novembro ocupam um papel especial e colocam novas indagações e possibilidades. O Regime Político Militar continua mantendo a iniciativa da seções políticas expressas principalmente no cumprimento do calendário político (Pacote de Abril Lei dos Estrangeiros, Casuísmos Eleitorais, etc) imposto à sociedade civil e à oposição política parlamentar.

O Congresso Nacional ganha importância política e deverá se transformar de fato no grande fórum dos conflitos políticos e sociais, passando portanto a ser um espaço importante de atuação par o nosso movimento, que deverá atuar através de apresentação de projetos, denúncias, o que exigirá uma articulação mais íntima com os partidos políticos de oposição. O relacionamento político com os governos eleitos, em especial os de oposição, poderá exigir e possibilitar novas formas de encaminhamento de nossas reivindicações. Especialmente as instituições estaduais de ensino superior poderão assegurar alguns avanços nas brechas abertas pelos resultados eleitorais, destacando as possibilidades de se avançar no processo de democratização e escolha de reitores. No entanto, será quase desnecessário reafirmar a fidelidade com nosso programa de lutas autonomia e independência política de nosso movimento e entidades.

3. A estratégia privatizante da política educacional deverá procurar formas de investir contra o que resta de ensino público no país, na medida em que a tentativa que havia sido articulada recentemente para o ensino superior foi bloqueada provisoriamente com greve e a campanha pelo ensino público e gratuito desenvolvidos pelo movimento docente.

A tendência no relacionamento MEC/ANDES deverá enveredar por uma política oficial de evasivas indefinições. As reivindicações do movimento serão transferidas por comissões de estudos intermináveis no CFE, reafirmando os limites conjunturais e a fragilidade do MEC no coletivo ministerial. Não teremos interlocutores visíveis, nem poderemos trabalhar com

um calendário preciso; ao que tudo indica a política do MEC é neutralizar nosso potencial de movimento reivindicativo através de respostas vagas e provisórias. Ao mesmo tempo tentará desenvolver táticas de implementação de suas diretrizes de política educacional.

Quanto à Reestruturação da Universidade, a reorientação ministerial aponta também na direção acima mencionada, onde a burocracia das discussões no CFE e o adiamento das discussões e ausência de um cronograma tentam, de um lado, mascarar o engavetamento do processo de reestruturação e de outra legítima medida de maior “eficiência gerencial” que possibilitem cortes nas dotações orçamentárias.

4. O acirramento da crise econômica, social e política e as perspectivas de novas investidas da estratégia privatizante do MEC exigem uma readequação do movimento docente à conjuntura.

Entramos num período onde as vitórias nas lutas salariais, trabalhistas e de verbas para a educação serão bastante difíceis. Precisamos, ampliar nossa política de alianças dentro da Universidade, com os funcionários e estudantes, para dar mais vigor e potencial de valorização ao nosso movimento. Ampliar também nossas articulações com o funcionalismo público para encaminhar reivindicações salariais e sobretudo nos preparamos para participar da CONCLAT e Comissão Nacional PRO-CUT para contribuir nas possibilidades de mobilização mais ampla na luta contra o desemprego, as mudanças na política salarial e demais medidas recessivas de política econômica .

Outro desafio da conjuntura é conseguir superar a fase das denúncias e bandeiras gerais para um período da política de afirmação de propostas e projetos concretos e “viáveis”.

A luta por verbas públicas para a educação e contra os cortes orçamentários, o congelamento da rede particular de ensino frente à expansão programada pelo MEC/CFE e a ampliação de vagas na rede pública serão nossos grandes desafios. Entramos num período de resistência e precisamos de uma maior participação e criatividade para superar o esgotamento das atuais formas de luta e mobilização.

A dimensão e gravidade da crise atual universalizou as reivindicações dos trabalhadores. Suas propostas também devem se universalizar.

O descontentamento acumulado só poderá se traduzir em avanços concretos se logarmos superar nossas lutas trabalhistas “específicas” e unificarmos as ações.



Quanto ao MEC, tenderá a ser, cada vez mais, apenas uma sucursal da SEPLAN com papel específico de abalar o debate sobre a educação e implantar a estratégia privatizante.

A ANDES terá de levar a cabo a luta de colocar a crise da Universidade e do sistema educacional na ordem do dia da sociedade brasileira.

## **1.2. - AVALIAÇÃO DO MOVIMENTO DOCENTE**

### **1.2.1 - AVALIAÇÃO DA DIRETORIA E DA ENTIDADE**

O Congresso de Florianópolis definiu as tarefas e o programa de movimento docente a partir de três questões fundamentais: O desenvolvimento das lutas setoriais e específicas, a luta unitária e central em torno da defesa do ensino público e gratuito e da necessidade de barrar a ofensiva privatizante do MEC e, finalmente, a constituição de uma direção nacional capaz, não de garantir por si só, mas de ser um elemento a mais na construção e manutenção da unidade do movimento e no avanço da implantação política e material da entidade.

Uma avaliação deve necessariamente ser feita a partir dessa referência inicial e mostrará que, apesar da continuidade de dificuldades lacunas históricas do movimento e do agravamento de uma conjuntura política particularmente difícil, o movimento apresentou avanços consideráveis.

Quanto as dificuldades cabe indicar entre outros aspectos: a) o não avanço no processo de organização de novas Ads, em termos globais e; b) o retrocesso em setores específicos como o das particulares; c) dificuldades persistentes no processo de comunicação entre ANDES e as Ads, demonstradas pelo precário índice de respostas das Ads às solicitações ou propostas para discussão das Ads; d) irregularidades na contribuição

financeira com a conseqüente dificuldade em operacionalizar inevitavelmente cara; e) irregularidade no desenvolvimento do trabalho nos diferentes regionais; f) dificuldade , inclusive financeira, de implementar projetos como a REVISTA, etc.

Não obstante essas e outras dificuldades, o movimento e a entidade realizarem avanços bastante significativos a nível político e organizacional. Cabe destacar entre outros: a) apesar das dificuldades no processo eleitoral, a mudança de qualidade da discussão política sobre o processo da constituição da diretoria, aberta ao conjunto da categoria e, não esquecer, a votação recebida que, pelas dificuldades organizativas e pelo próprio fator da existência de chapa única, demonstra um inequívoco reconhecimento da entidade.

b) a mudança de qualidade do relacionamento interno à diretoria que , sem ser homogênea, tem conseguido trabalhar numa perspectiva unitária e, nesse sentido, se torna um dos fatores de fortalecimento do movimento.

c) o cumprimento do desafio de apresentar no prazo definido a Proposta da ANDES para a Universidade Brasileira; o que possibilitou a caracterização e entendimento, num todo orgânico, de princípios e propostas até então genéricas e desarticuladas. Mais do que isso, nos qualificou como interlocutores válidos e sérios diante do MEC e das instâncias ou entidades da sociedade interessada na discussão da Universidade. Prova disso, é o maior manifesto assinado por SBPC, OAB e ANDES e o apoio manifestado por PMDB, PT e PDT.

d) avanço, demonstrado na prática do movimento na compreensão da inter-relação entre as questões salariais, a questão da Reestruturação e a luta pelo ensino público e gratuito.

e) avanços localizados ou setoriais na luta pela democratização ou contra repressão, cujo balanço mais concreto é necessário realizar e. greve UNB, readmissão de docente em Santos, constituinte PUC etc;

f) a legitimidade conquistada pela ANDES pela sua manifestação e integração com as entidades democráticas da sociedade brasileira em lutas como: defesa de professores perseguidos pela arbitrariedade policial. p. ex. Cué e Fletes; manifestação contra prisões políticas em SP; a questão da terra; a violência na campanha eleitoral;

g) a legitimidade reconhecida à ANDES como interlocutora necessária no

debate educacional. Legitimidade reconhecida tanto pelo MEC e CFE, quanto pelos partidos políticos no processo eleitoral e mesmos governantes eleitos que convidam a entidade a audiências e debates, da mesma maneira que o fez a Comissão de Educação do Congresso Nacional;

h) presença permanente na imprensa falada e escrita, de forma direta ou contestando editoriais de veículos conservadores;

i) desenvolvimento e agilização da imprensa interna do movimento e instalação do escritório central em S. Paulo;

j) bloqueio de intenção expressa do Governo Federal, de implantar as chamadas “pré-condições” ainda em 1982 e o desmascaramento do cinismo do MEC a nível da opinião pública pela divulgação dos avisos ministeriais “secretos” nº 477 e 474;

Estes pontos, além de outros que ao Congresso caberá desenvolver, indicam que, num período marcado pela ofensiva política do regime de retração da capacidade de mobilização das entidades democráticas, o movimento nacional e a ANDES enquanto entidade nacional obtiveram importantes vitórias. Se elas não aprecem necessariamente na forma de avanços, sejam salariais, sejam políticos, isso se deve a que a luta dos docentes, como a dos demais trabalhadores, na conjuntura 82 e que se agravará no próximo período, é essencialmente uma luta de caráter defensivo.

Isso não signifique que o movimento fique em posição defensiva. Um balanço ao final positivo não indica que já se tenha derrotado, a nível estratégico, o governo mas tão somente, que se conseguiu perceber e enfrentar suas táticas e, que nesse processo, se conseguiu ampliar o espaço político do movimento e da entidade. Cabe estar atento às mudanças de táticas que já se indicam e discutir aprofundamento uma conclusão central das lutas de todo um período que se estende antes de 1982: na nova conjuntura econômica e política a própria redução das reivindicações dos movimentos não será possível sem a concreta e efetiva aliança, não apenas com os outros segmentos da coletividade universitária mas com o conjunto das forças democráticas, sindicais e populares.

## 1.2.2. AVALIAÇÃO DA GREVE

A greve das IES Federais Autárquicas resultou uma importante vitória do MD na luta contra o processo de privatização, cuja continuidade o MEC implementou através da sua proposta de Reestruturação da Universidade. O recuo do ministério de sua intenção de implantar por decreto (conforme anunciou o Secretário Geral do MEC no dia 10/11/82) o conteúdo dos Avisos Ministeriais 473 e 474, são as mais claras demonstrações da vitória do MD.

A greve possibilitou também um grande avanço no movimento, pois o mercado de maior aprofundamento da discussão da reestruturação da Universidade, com destaque para a relação entre as questões trabalhistas e a luta da Universidade Pública e Gratuita.

O desenvolvimento paralelo, e algumas vezes conjugado, da greve dos servidores em um grande número de Universidades não conferiu, no entanto, força suficiente ao movimento para a conquista de nossas reivindicações salariais. As greves deixaram claro porém, a necessidade de servidores e professores reforçarem sua aliança, ampliando-a para os demais setores do funcionalismo público, como a única forma de enfrentamento da política de arrocho salarial aplicada sobre os servidores públicos.

O processo de greve, desde a sua deflagração até o seu término contém alguns pontos que merecem ser ressaltados e analisados, pois, mesmo que a adoção de outros procedimentos não viesse a alterar os resultados da greve no que diz respeito ao atendimento da pauta de reivindicação, certamente, isto poderia ter minimizado o desgaste subjetivo que a greve teve ao seu final.

Um dos pontos que merecem destaque é a priorização diferenciada que a pauta de reivindicações teve no interior do movimento desde a sua deflagração até o término.

O MEC também priorizou a pauta, principalmente no que diz respeito à sua intervenção na imprensa. Após cada audiência com a ANDES só anunciava que “devido às dificuldades econômico-financeiras a reivindicação salarial dos professores não poderia ser atendida”. A questão da Reestruturação não era mencionada, e o movimento, apesar de mostrar as alegações do Ministério revelavam apenas a sua completa incapacidade de ação

frente às determinações da SEPLAN, não conseguiu responder a isso a força necessária. Fazendo este jogo, o MEC pretendeu, e, até certo ponto conseguiu, deixar marcada uma derrota do movimento a nível da opinião pública.

As dificuldades na deflagração da greve e no seu término deveram-se, além da priorização diferenciada da pauta, à dificuldade que o conjunto do movimento teve de enxergar o que acontecia na sociedade. Vislumbrava o momento eleitoral que o País passava, não se chegava a perceber com maior profundidade a crise econômica que já se desenvolvia. Na reunião da diretoria da ANDES com representantes das Ads federais Autárquicas responsabilizada no Rio de Janeiro, a diretoria elaborou uma análise onde a crise era mostrada e discutida. Apesar disso, o movimento como um todo não conseguiu assinalar a dimensão da crise, tendo isso se refletido e repetido no Comando Nacional de Greve, gerando como conseqüência a impossibilidade de uma análise mais correta da correlação de forças.

À falta de um quadro mais claro no que diz respeito à crise que se delineava, somou-se a precariedade e a forma diluída com que as informações dos delegados chegam ao Comando Nacional de Greve. Estas informações, que algumas vezes chegam a ser ufanistas impossibilitam o comando de avaliar de forma mais precisa as forças de que dispomos. A precariedade do sistema de informação para as Ads completa o quadro, que mostra o porquê das dificuldades de discussão e análise da situação nacional em cada local.

É preciso ressaltar que esse quadro se alterou apenas nos últimos dias da greve. A greve já tinha, no entanto; perdido sua perspectiva (após a última audiência com a Ministra), e por isso mesmo começo a se partir.

Devido aos vários aspectos já apontados, e a outros que o serão adiante, o Comando Nacional de Greve não conseguiu em vários momentos exercer o papel de direção política do movimento não passando algumas vezes de um canal de troca de informações. Foi também vítima de esvaziamento durante certos períodos e que dificultou a continuidade do trabalho político. Para isso contribuiu também a excessiva rotatividade dos seus membros que não souberam combinar o caráter essencial da renovação do Comando para que os seus componentes tenham o seu movimento local bem presente, com a continuidade do Comando Nacional.

A diretoria da ANDES faz autocrítica que teve uma intervenção insuficiente,

nem sempre tomando a iniciativa de colocar posições através dos diretores presentes ao Comando.

A avaliação do Comando, sua relação com as Assembléias, o papel da diretoria no Comando, são questões onde reside ainda uma forte polêmica, que necessita ser discutida neste Congresso. É necessário que se discuta a questão da autonomia das Ads frente à questão da unidade nacional, e o papel do delegado, cuja incompreensão impossibilitou o trabalho do Comando em várias ocasiões.

### **1.3. O RELACIONAMENTO DO MOVIMENTO DOCENTE COM O MOVIMENTO SINDICAL: A CONCLAT E A CUT**

É fundamental que todas as Ads e o conjunto dos docentes discutam em profundidade a participação do movimento na conferência das Classes Trabalhadoras – CONCLAT – a ser realizada neste ano.

A CONCLAT é fruto da mobilização autônoma e democrática, em nível nacional, dos trabalhadores organizados voltados à unificação do movimento independente das propostas político-partidárias e em face da legislação restritiva do Governo na área sindical e representativa. Reunida pela primeira vez em 1981, na Praia Grande, em São Paulo, congregou mais de 4 mil delegados de quase mil e quinhentos sindicatos, associações profissionais e do funcionalismo público, federações e confederações, para discutirem suas reivindicações e propostas comuns de luta em relação à política do Governo.

Deliberou-se na ocasião a constituição de plataformas unitárias de atuação conjunta e a formação de uma comissão eleita para a organização nacional autônoma dos trabalhadores: a Pró-CUT. Problemas políticos internos aliados à conjuntura eleitoral resultaram na não realização da 2º CONCLAT em 1982, adiando-a para 1983.

A ANDES e várias Ads participaram da 1ª CONCLAT, ainda que sem preparo suficiente na base. Mesmo assim tivemos a oportunidade de articular uma primeira reunião de funcionários Públicos, de que resultou uma comissão formada pela ANDES,

confederação dos servidores Públicos do Brasil e confederações dos Professores do Brasil, cujos resultados ao movimento dos servidores públicos, menos articulado e com menor nível de mobilização que o nosso.

Hoje fica cada vez mais claro; em face das análises conjunturais, que a questão salarial e de condições de trabalho dos professores não pode mais ser pensada isoladamente sem forte integração com a luta de todos os trabalhadores, incluindo os assalariados da classe média e os profissionais de nível superior, todos igualmente subjugados pela política governamental. A última greve das Universidades autárquicas deixou clara a limitação da eficácia de ações isoladas além dos ganhos relativos, referentes sobretudo ao bloqueio das intenções ministeriais contrárias ao ensino superior público e gratuito, a greve teve a importância de nos colocar ao lado dos servidores das Universidades, também paralisados.

Além disso, a ANDES, uma das primeiras entidades nacionais de trabalhadores se insere na mesma experiência histórica da organização autônoma a partir dos locais de trabalhos dos trabalhadores que fundamentam a construção da CONCLAT e PRO-CUT. Experiência com que deve interagir de modo ativo, inclusive enriquecendo-a com sua eficácia organizativa, demonstrada não só em 3 greves nacionais conduzidas de forma organizada, mas também por representar em conjunto os professores da rede pública e privada de ensino de 3º grau. Como Setor nacional diretamente envolvido e mobilizado em torno das questões da educação em nosso país, pode representar contribuições do maior significado par aos problemas da política educacional enfrentados pelos trabalhadores em seu movimento.

Desta forma, a participação na CONCLAT pela ANDES, e sua representação na CUT, constitui um dos aspectos mais importantes envolvidos na questão da necessária integração efetiva dos trabalhadores brasileiros.

## **PROPOSTAS**

1 – A conjuntura de crise pela qual passa a sociedade brasileira indica um acirramento das contradições sociais e, provavelmente, o crescimento dos movimentos reivindicativos. A ANDES reiteradamente defendeu a aproximação do movimento docente com o movimento dos trabalhadores em geral. Por outro lado, a análise da crise permite concluir que nossas reivindicações de docentes não poderão mais levadas em separado de outros sociais com os quais, compartilhados interesses comuns, em continuidade com as propostas do movimento, propomos que a ANDES faça parte formalmente da Comissão Nacional PRO-CUT (Central Única dos trabalhadores), sendo delegado da associação o presidente da entidade.

2 – Encaminhamento de nossas lutas particulares de docentes mostra, cada vez mais, a necessidade de aproximação com outros segmentos dos trabalhadores. Só para citar dois exemplos: a questão salarial dos docentes das IES FEDERAIS AUTÁRQUICAS nos aproxima com o problema salarial do Funcionalismo Público; o corte do reajuste salarial bem como a ameaça do término da semestralidade afetarão os professores das IES particulares.

A CONCLAT constitui uma tentativa séria de unificação do movimento dos trabalhadores e nesse sentido uma forma avançada de organização. Propomos, pois, uma participação mais estreita na CONCLAT não só em termos de reivindicações salariais, mas como contribuições para a política educacional dos trabalhadores.

Nossa participação, no entanto, deverá sofrer um salto qualitativo. Este II Congresso precisa traçar claramente um programa de trabalho que permita, com prazos e datas, preparar adequadamente nossa participação. É necessário que o movimento leve a discussão dos temas da CONCLAT as Ads, envolvendo os professores, e que estas discussões convirjam para um CONAD, a ser feito imediatamente antes da CONCLAT.



## **DOCUMENTO DA DIRETORIA DA ANDES – Continuação**

### 2 – Questões Setoriais:

#### 2.1. IES PARTICUALRES

1 – O grupo de Trabalho das particulares criado a partir do CONAD – Vitória assegurou as condições para uma mudança de qualidade na preparação política do setor pra este Congresso. O GT traz a este Congresso um documento sobre “Padrão Único de Universidade e Verbas na Rede Particular”; uma proposta de “Estatuto de Magistério Unificado para as IES Particulares Brasileira” e uma avaliação do documento da Associação Brasileira de Entidades Mantenedoras apresentado no seminário do CFE.

2 – Considerando esses desempenhos, a diretoria da ANDES considera desnecessária sua possível contribuição para as discussões a serem desenvolvidas sobre esses pontos.

3 – Procurando fazer um balanço do setor e incorporando a avaliação do próprio grupo de trabalho consideramos prioritário desenvolver uma política que contribua para a recuperação das Ads mais frágeis ou que ao afastaram do movimento.

Neste sentido, iremos propor um procedimento especial de filiação e de participação nos CONADs e CONGRESSOS para as Ads com dificuldades políticas-financeiras. Pretendemos também recomendar as regionais uma atenção especial no sentido de fortalecer e resgatar estas Ads.

4 – Desnecessário seria reafirmar a importância que vemos na elaboração do “projeto de carreira” e implementação da luta pelas 162 horas, valendo destacar que é um passo

importante do caminho da carreira única para o magistério do ensino superior como reivindicamos em nosso “projeto para Universidade Brasileira”.

5 – Quanto ao avanço na elaboração política do setor na questão das verbas públicas para o ensino particular, a diretoria assume coletivamente as posições definidas pelo setor e considera um passo também importante para unificação do movimento.

6 – A proposta de realização do Encontro Nacional de Ads, SINPROS e ANDES conta com inteiro apoio da diretoria, desde que aprovado no setor, e a partir da definição de um cronograma de trabalho nos comprometemos em participar da preparação e adiantamos a intenção de participarmos coletivamente deste evento que talvez possa contribuir decisivamente para a ampliação de nossa política de alianças que consideramos um elemento fundamental de nova tática nesta conjuntura.

7 – Avaliando o desempenho do grupo de trabalho das particulares recomendamos, a sua manutenção e a consideramos de fundamental importância para a implementação e desenvolvimento das propostas aprovadas neste Congresso, adiantando também a nossa intenção de apoiar de todas as formas as atividades do grupo.

8 – A diretoria indica a importância da publicação, após este Congresso de um Boletim Especial dedicado ao Setor das Particulares cuja distribuição se estenda além dos setores já organizados da categoria como instrumentos de ampliação do setor.

## 2.2 IES ESTADUAIS

As estaduais paulistas ADUNICAMP, ADUNESP E ADUSP desenvolveram durante o ano passado, para além das questões salariais lutas no sentido de uma maior democratização da Universidade. E na ADUNICAMP e na ADUSP a questão de carreira docente foi extremamente importante.

A estadual paranaense de Maringá desenvolveu luta específica pela eleição

democrática das autoridades universitárias. Pelas informações existentes o novo reitor escolhido numa lista feita pela comunidade comprometeu-se a sancionar a escolha dos dirigentes das faculdades feitas por suas respectivas comunidades.

Na Bahia a estadual de Ilhéus – Itabuna levou a efeito uma luta pela federalização e conta as anuidades. Já as de Feira de Santana e da Universidade do Sudoeste desenvolveram seminários sobre Universidade e Comunidade. E a SESEB, recentemente criada, travou luta vitoriosa pela readmissão de companheiros demitidos e iniciou processo de filiação à ANDES.

Na referente às Ads das estaduais do Maranhão e do Ceará a diretoria tem-se mantido em contato com elas na tentativa de integrá-las ao movimento nacional. O mesmo se dá em relação às dificuldades estaduais isoladas no País e em Alagoas.

### PROPOSTAS PARA NAS ESTADUAIS

No setor das estaduais dada a sua diversidade objetivo (vinculação a diferentes governos estaduais, regime jurídico diferenciados, ensino pago e/ou gratuito, maior ou menor clientelismo na sua vida inteira, etc) as lutas capazes de unificar o setor e integrá-lo ao conjunto do movimento referem-se basicamente às questões de democratização e de permanente atuação no sentido de transformar a universidade pela sua prática cotidiana.

A luta pela criação de uma carreira docente unificada e a luta por um padrão único de qualidade na universidade dentro do marco geral da resistência a um processo generalizado de privatização permitem ao setor, apesar da sua diversidade, lutas comuns.

Tanto a questão de carreira quanto a de qualidade única de produção remetem-se à luta mais global contra a exploração do trabalhador universitário. Para muitas estaduais, fundações, se coloca uma situação muito próxima a de setor das particulares, mesmo a de algumas fundações federais onde, por exemplo, a carga docente de 20 horas ou mais é comum. Do mesmo modo, a questão da ampliação do regime de dedicação para 40 horas e dedicação exclusiva se coloca como importante.

No referente a questão salarial a atomização das estaduais coloca o desafio

de articulação de sua luta com a dos funcionários públicos de cada estado. Parece hoje não haver mais possibilidades, dado ao grave quadro da crise brasileira, para uma atenção isolada dos professores universitários. O governo federal ao mexer na lei salarial unifica objetivamente a luta das categorias pela sobrevivência. E, alguns casos há ainda a possibilidade de atuação via sindical. Hoje contudo a luta contra a política salarial deve servir como elemento unificado das nossas lutas.

As estaduais devem levar em consideração a nova conjuntura política e atuar no sentido de potenciar as possibilidades de avanços tanto no nível parlamentar quanto dos executivos estaduais resguardada a independência das entidades e das categorias.

Recomenda-se além disso que as estaduais vejam a questão da ampliação das vagas e a luta por mais verbas par a educação.

E finalmente propõe-se:

- 1) IIº Encontro Nacional das Estaduais precedido de Encontros Estaduais.
- 2) Confeção de um Boletim Especial da ANDES sobre as estaduais

### **2.3. IES – FUNDAÇÕES FEDERAIS**

Características setoriais próprias, tais como o isoladamente, a vinculação ao poder local, o autoritarismo, a repressão e o clientelismo, criam entraves de tal ordem para a ação coletiva que, até o momento, as Fundações, como setor, não conseguiram superar a um nível satisfatório. Assim, por exemplo, no ano de 1982 a mobilização nas IES fundamentais esteve reduzida a poucas Ads. Entretanto, podemos registrar vários avanços vinculados, em geral, a lutas isoladas levadas por cada AD. Destacamos, entre outros: a reativação de algumas Ads e a sua aproximação com o movimento nacional; a luta pela implementação da carreira docente em várias universidades; a manutenção do poder

aquisitivo do salário dos docentes em várias universidades; a manutenção do poder aquisitivo do salário dos docentes por parte de algumas Ads, com a utilização inclusive do instrumento sindical (foi de fundamental importância nestas lutas salariais a publicação do Boletim Especial da ANDES para as FUNDAÇÕES com a tabela salarial de cada instituição); algumas IES avançaram no processo de democratização da Universidade, tendo, por exemplo, realizado eleição direta para a formação de listas dos reitoráveis: enfim, a resistência à repressão aberta em várias universidades, não deve ser seguida.

Com as eleições de novembro último e a mudança de governos estaduais está-se colocando claramente a perspectiva de nomeação de novos reitores, impostos por grupos que detém o poder local, prática contestada, embora com limitado sucesso, pelas Ads dos estados em tais fatos ocorreram. Para que tal prática seja alterada é necessário terminar com as disposições da Lei 6733, que impede eleições diretas para a direção das Universidades.

O fato mais destacado neste ano de 1982 para o setor das Fundações foram as greves da UnB, da UFCAR e da UFS.

Na UNB, a greve resultou em medidas concretas do sentido de paulatinamente passar para o quadro os professores colaboradores e os visitantes “ permanentes”, de eliminar os contratos de trabalho por tempo determinado e de criar um novo projeto de carreira docente. Esta primeira grande greve na UnB, abre perspectivas para o avanço do movimento docente no sentido de democratização interna e da elevação da consciência e participação do professorado.

Na UFSCAR, a greve contribui para barrar a tentativa do MEC de implantar os dispositivos contidos nos avisos ministeriais 473 e 474.

Na UFS a greve dos professores e alunos da área de saúde resultou na garantia de melhores condições para o ensino médico naquela instituição.

Todos esses fatos, por mais êxito que neles tenham tido as Ads, não deixam de ser movimentos isolados. As lutas gerais para o conjunto do setor e aquelas que envolvem o setor das FUNDAÇÕES com outros setores da ANDES e da sociedade civil constituem a perspectiva que se coloca para o movimento para o ano de 1983.

## **PROPOSTAS PARA O SETOR DAS FUNDAÇÕES**

No ano de 1983 coloca-se para as Fundações a necessidade de levar lutas unificadas no setor e em conjunto com os demais setores da ANDES.

1 – A luta pela Reestruturação da Universidade, dentro daquela proposta feita pela ANDES aparece como principal móvel coletivo de ação. Neste sentido o documento preparado pela ANDES deve ser entendido como a formulação inicial, que necessita de refinamentos e complementações.

Os avisos ministeriais 473 e 474 mostraram claramente que o MEC ao pensar uma reforma universitária pretende incluir nela as FUNDAÇÕES. Isto quer dizer que, quer queremos que não, a estrutura das Fundações será alterada.

2 – A luta pela expansão de Ensino Público e Gratuito precisa ser assumida concretamente mediante a expansão de vagas nas IES públicas. As Fundações podem contribuir com este movimento, mediante a abertura de cursos noturnos naquelas instituições que ainda não os possuem. Tal movimento deve estar acoplado com a luta por mais verbas pela educação, uma vez que a ampliação de vagas demanda maior volume de recursos públicos para a contratação de pessoal, infra-estrutura, etc.

3 – Está claramente posta a perspectiva, nesta crise que passamos, da contenção e mesmo redução dos salários do pessoal das Fundações. Os cortes já efetuados nos níveis de reajustes, e a ameaça de perda da semestralidade, reduzirão dramaticamente nossos salários. Como tais perdas salariais são comuns a grande maioria dos assalariados, precisamos buscar uma ação conjunta com estes segmentos, não perdendo de vista a ação parlamentar como forma de derrubar o decreto presidencial.

3.1 – Dado o bom resultado da experiência anterior, a confecção de um Boletim

Especial da ANDES , contendo as tabelas salariais das Fundações poderá reforçar nossa argumentação e servir como instrumento de luta.

3.2 – A questão salarial, entre outras, nos leva a participar da próxima CONCLAT, onde esse problema terá seu espaço.

4 – Coloca-se novamente a necessidade de elaborar uma estratégia para a retirada das Fundações Universitárias do âmbito da lei 6.733. A estratégia parlamentar (contatos já foram iniciados via Sem. Humberto Lucena, estão se mostrando mais viáveis). Entretanto, à ação parlamentar deve ser seguida por mobilização intensa nas bases com o apoio de estudante e funcionários. Qual deve ser esta mobilização e como deverá ser conduzida é atribuição deste CONGRESSO determinar.

5 – A reflexão a respeito das Fundações em grande parte não é feita dentro das Fundações. Não tem sido suficiente os Congressos e CONADs para preencher tal lacuna. Sugere-se a realização de um encontro especial ainda neste primeiro semestre a fim de atacar esta questão, com elementos provenientes das próprias fundações e com a participação de colegas de outros setores. Todavia, antes de chegar ao seminário é absolutamente necessário que sejam levadas discussões nas bases.

6 – Nossa proposta de um projeto unificado de carreira para as IFES Fundações tem servido como apoio para as diversas Ads que, se não tem implantado o projeto in totum, pelo menos em parte estão adotando. Este eixo de luta deverá ser continuado, mesmo que isoladamente, pelas Ads, em 1983.

2.4 – Lutas Específicas das IES federais autárquicas.

As lutas específicas das IES federais autárquicas, envolvendo as questões de carreira, condições de trabalho, avaliação da atividade docente, questões salariais e outras, serão aprofundadas no II Congresso Nacional da ANDES a partir das contribuições apresentadas por diversas Ads. No que diz respeito a campanha salarial a diretoria

apresenta a seguinte contribuição.

### **CAMPANHA SALARIAL DAS FEDERAIS AUTÁRQUICAS**

Na avaliação que fez da campanha salarial 82 das federais autárquicas e as condições político-econômicas sob as quais se desenvolveu, a diretoria da ANDES concluiu que uma das lições da última greve do setor e que se impõe, desde já, a necessidade de uma aliança do movimento docente com o funcionalismo público que permita uma estreita articulação entre a campanha salarial dos docentes das federais autárquicas e a dos outros funcionários público.

A deflagração desta campanha não pode ser retardada pois a decisão do governo de remeter para o mês de junho de 83 a 2º parcela, de 30%, do reajuste salarial do funcionalismo público obriga-nos, por inaceitável, a lutar pela sua modificação desde já, Impõe-se portanto a antecipação da nossa campanha salarial 83, sobre pena de perdermos a ocasião de utilizar a nosso favor o tempo que dispomos até junho.

A história do movimento docente demonstra que a articulação com as demais categorias do funcionalismo pode ser bastante difícil. Por isso o movimento deve avançar o seu entendimento deste processo para que possam ser vislumbrados caminhos que nos permitam concretizá-la.

Das várias discussões que já se realizaram tem surgido a visão de que esta articulação pode se iniciada com a participação de categorias mobilizadas e organizadas a nível nacional (médicos, enfermeiros, servidores de universidades, professores), e de Estados já mobilizados e de algumas formas organizada (RGS, SP,SC, Rio, ES). A conjugação de esforços neste sentido buscaria a ampliação, através da adoção de outras categorias à articulação, em cada local e a nível nacional.



## **PROPOSTA**

1 – Participação da ANDES na preparação de um Encontro Nacional de Servidores Público Federais, com o objetivo de:

- a) aprovar uma pauta unitária de reivindicações;
- b) aprovar um cronograma e formas de luta;
- c) constituir uma Comissão Nacional de Mobilização dos Servidores Públicos Federais.

2 – Participação das Ads na preparação do Encontro Nacional, através da articulação com outras categorias, em cada local, com o objetivo de realizar Encontros Regionais ou Estaduais preparatórios

## **DOCUMENTO DA ANDES (Continuação)**

### **A CAMPANHA PELO ENSINO PÚBLICO E GRATUITO (CEPG)**

Em função das intensas investidas do MEC, em .... e 1º sem/82, em relação à implantação definitiva do ensino pago no país, a ANDES definiu em seu 1º congresso a necessidade de deflagrar uma Campanha Nacional pelo Ensino Público e Gratuito. A Campanha visava, num primeiro momento, conter a ofensiva governamental, além de aprofundar, num segundo momento, a compreensão do movimento e da sociedade em geral quanto a necessidade de a educação por um direito de todos e uma obrigação de Estado. Em outras palavras, a Campanha deveria, a princípio impedir a decretação da cobrança de mensalidades nas escolas públicas, comunicando a política privatista de governo para, depois envolver-se através de uma maior interação com os setores democráticos, populares

e sindicais do país, na tarefa de conscientização ampla e disseminada a nível nacional do problema e da busca de propostas concretas de luta pela expansão da oferta de vagas na rede pública, em todos os níveis da educação.

Os detalhes da Campanha, também aprovada pelos Congressos da CPB, UBES e UNE no início de 82 foram sendo discutidos ao longo do ano pela Coordenação Nacional (formada pelas quatro entidades) e pelos CONADS. Um balanço ao final do ano mostra que a CEPG desenvolveu-se bem quanto ao seu primeiro objetivo. O caráter propagandístico rendeu o resultado esperado, não obstante os diversos problemas enfrentados que vão desde a reduzida participação das demais entidades comprometedoras, até ao não encaminhamento ou mesmo omissão, de várias Ads. Criou-se e divulgou-se o “slogan”. Ocupou-se por vários meses um grande espaço na imprensa. Criaram-se núcleos e comitês em várias cidades do país (como exemplo a OAB, SBPC e a ABI). Discutiu-se a questão como os partidos, comprometendo-se o PMDB, o PDT e o PT com a causa. Enfim conseguiu a CEPG cumprir, satisfatoriamente no primeiro semestre do ano, seu intento. Só não foi melhor porque não atingiu o intento de entregar ao presidente da República, o “dossiê” de assinaturas de entidades apoiando a nossa causa, em função do número pouco expressivo de assinaturas obtidas, resultado do pequeno empenho anteriormente citado. Mesmo assim o governo foi, paulatinamente, deixando de falar na implantação definitiva do ensino pago.

De questão fechada (segundo declarações do Cel.Sérgio Pasquali) , passou a ser questão discutível (segundo o Ministro Ludwig na audiência com a ANDES em julho /82) até arquivar-se (mesmo que provisoriamente com a declaração da nova Ministra de que não se implantaria o ensino pago durante sua gestão, por razões de “oneração do orçamento familiar”). É certo que a crise econômica e o custo social da medida com a proximidade das eleições, pesaram decisivamente na decisão governamental. Mas é também certo que a Campanha jogou, na denúncia e na propaganda, um papel importante nessa tomada de posição.

Quanto ao segundo objetivo, pouco ou nada se fez. Excetuando-se iniciativas isoladas como as do Comitê de Goiânia, a maioria dos núcleos, comitês e entidades filiadas praticamente abandonaram a Campanha. Quer pela incapacidade da direção de propor alternativas corretas de prosseguimentos da CEPG, quer pela própria conjuntura do país

que atraiu as atenções para as eleições de 15 novembro, o fato é que a inércia existiu e pouco se realizou no segundo semestre/82.

Fica desde já o alerta sobre a necessidade do cumprimento do objetivo proposto. Mais do que isso, em função das dificuldades orçamentárias por que passará o ensino superior no país, há de se apresentar, em consonância com a questão da reestruturação da Universidade e a luta por verbas para a universidade pública, estratégias definidas de ação. Nosso trabalho deve se direcionar na luta pela expansão da oferta de vagas na rede pública (incluindo a imediata criação ou ampliação de vagas nos cursos noturnos), possibilitando o acesso aos que trabalham durante o dia, e o congelamento das vagas na rede particular.

Propõe-se ainda que a Campanha se dedique a:

- 1) elaborar um conjunto com os parlamentares, projeto de emenda constitucional modificado o dispositivo que exime o ESTADO da obrigação de oferecer ensino público e gratuito nos 2º e 3º graus.
- 2) elaborar em conjunto com os parlamentares projeto e emenda constitucional estabelecendo o percentual de pelo menos 12% do orçamento da União para a educação. Que essa proposta também seja discutida no âmbito dos Estados, com relação à participação da educação em pelo menos 25% dos seus orçamentos.
- 3) lutar pela eliminação do pagamento das taxas escolares em todos os níveis.

Entendemos também como fundamental a discussão da CEPG junto à CONCLAT, procurando estabelecer uma relação mais estreita dos trabalhadores com essa questão que diz respeito, principalmente, a todos eles.

## REESTRUTURAÇÃO DA UNIVERSIDADE

A reestruturação da Universidade é um ponto fundamental a ser discutido e encaminhado pelo movimento docente em 1983. A esse respeito, alguns aspectos devem ser destacados:

1. A crise econômica em que se encontra a sociedade brasileira atinge diretamente a Universidade com relação ainda maior das verbas para a Educação. Em pronunciamentos oficiais, a Sra Ministra da Educação já anunciou a situação de penúria a que seremos levados. É necessário que o MD não só denuncie, mas que intervenha de forma sistemática, avançando com propostas concretas na defesa do ensino público e gratuito. Nesse sentido, são levantadas algumas propostas:

a) Intensificação dos contatos com o Congresso Nacional, procurando influir junto aos parlamentares das oposições, no que se refere à votação do orçamento;

b) Assumir concretamente a possibilidade de ampliação das vagas da rede pública, e a criação de cursos noturnos: e

c) Discutir a necessidade de reformulação curricular dos cursos, em que a excessiva carga horária, além de prejudicar o real padrão de qualidade do ensino, sobrecarrega improdutivamente o corpo docente.

2. É necessário que o MD rediscuta e aperfeiçoe o seu projeto para a Universidade, procurando transformá-la em uma proposta mais representativa da sociedade brasileira. Nesse sentido, é urgente a participação conjunta de professores, alunos e

funcionários, discutindo a reestruturação. Indo mais além, é importante ampliar o arco de alianças do movimento, procurando envolver nessa discussão, outros segmentos da sociedade diretamente interessados na problemática da Universidade Brasileira.

Sobre a proposta para a Universidade elaborada pelo movimento docente no V CONAD em Belo Horizonte, é necessário destacar a importância desse documento. Além de ter sido levado ao Ministro Ruben Ludwing, enquanto proposta concreta dos professores, conseguem acentuada penetração na sociedade civil, obtendo o apoio de entidades importantes com: SBPC, OAB, ABI e Partidos Políticos de oposição se a nossa posição sobre a Reestruturação da Universidade não é uma postura de avanço na conquista da Universidade autônoma, pública e democrática.

O avanço da MD, na elaboração do documento sobre a Universidade, redimensiona a posição da ANDES e torna possível a participação no movimento, de setores não sensíveis à mobilização exclusivamente sindical.

Tendo em vista a necessidade de reestudar e aperfeiçoar o Documento da ANDES, alguns pontos merecem destaque:

a) a questão relativa a Rede Particular de Ensino Superior foi abordada apenas superficialmente devendo ser reelaborada, já existem propostas concretas discutidas e encaminhadas pelo setor das Particulares que deverão ser discutidas nesse Congresso;

b) alteração do item relativo à administração da Universidade, que exclui totalmente os funcionários;

c) o regime jurídico a que a Universidade deve se submeter não foi adequadamente definido; e

d) necessidade de maior explicitação do movimento sobre a desvinculação do DASP e orçamento global.

3. Diante das constantes investidas do MEC e do início dos trabalhos do CFE sobre a avaliação da Reforma Universitária, o MD deverá estabelecer um cronograma de trabalho sobre a questão da UNIVERSIDADE. (Segue em anexo a proposta de cronograma da Diretoria).

4. O projeto de reestruturação da Universidade elaborado no V CONAD, ao colocar a necessidade de um padrão único de Universidade, faz importantes referências às atividades de ensino, pesquisa e extensão. Enfatiza-se a relação existente entre o caráter público da Universidade, a melhoria das condições de trabalho docente e a qualidade do ensino e da pesquisa.

“A qualidade do ensino não pode ser pretendida abstratamente, sem dar as condições materiais à Universidade. O ensino superior de boa qualidade está ligado indissolúvelmente à atividade crítica e criativa. Não cabe ao professor apenas repetir informações em sala de aula e exibir um conhecimento estático e remoto. Cabe a ele estudar, elaborar seu conhecimento de forma dinâmica e viva, atualizar-se e avançar na sua área de trabalho, estar disponível aos seus alunos forma das aulas, orientar e participar de pesquisas, realizar experiências originais, escrever artigos, assistir e dar seminários, criticar e expor-se à crítica, participar democraticamente do trabalho coletivo com seus colegas e alunos...” (ANDES, A proposta das Associações de Docentes e da ANDES para a UNIVERSIDADE BRASILEIRA).

Se por um lado, a preocupação do movimento docente com a Universidade crítica, inovadora e produtora de conhecimento fica evidenciada no Documento da ANDES, por outro lado, essa questão não tem sido sistematicamente encaminhada no âmbito do MD.

Há um reconhecimento tácito de que a situação do Ensino e da Pesquisa na Universidade Brasileira é caótica. Essa, entretanto, é muito mais uma postura de constatação. Tanto no âmbito de diagnóstico, como de busca de alternativas, o MD não tem conseguido desenvolver uma discussão substantiva.

A precariedade das condições de ensino e pesquisa na Universidade é apontada como uma questão estrutural. E realmente, e é . Questões como : a falta de verbas para o ensino superior; o controle ideológico e a repressão exercidas sobre as Universidades, mais especificamente após 68: a criação dos currículos mínimos pelo CFE; o autoritarismo na escolha dos dirigentes e outros tantos problemas, são fundamentais para compreender as condições em que se encontram o ensino e a pesquisa na universidade. É importante lembrar que as questões onde cunho estrutural têm sido discutidas e encaminhadas pelo MD com maior sistematização;

No entanto, além dessas, existem outros pontos que o MD precisa discutir se quiser levar a frente o seu projeto de Universidade.

A questão estrutural, que em nenhum momento pode ser minimizada, apresenta-se intimamente relacionada com situações concretas que se manifestam no cotidiano do trabalho do professor.

A decisão da Universidade pelo MD tem que enfrentar os problemas que envolvem o trabalho docente. Discutir, avaliar, incentivar e criticar a produção intelectual são medidas salutares que implementam a prática democrática e abrem perspectivas de transformações reais na Universidade. Essa é uma questão bastante complexa, na medida em que não se resolve com instruções normativas. Trata-se, antes de mais nada, de mudanças de atitude. A eficiência na implementação dessas mudanças é diretamente proporcional ao grau de engajamento e confiança com que a Comunidade Universitária responde a estas propostas.

É importante desenvolver democraticamente a discussão da Universidade em todos os seus aspectos, para que as propostas do MD tenham ressonância no meio dos professores e as nossas teses sejam colocadas em prática, apesar das limitações estruturais.

A função do MD não deve ser apenas projetar a Universidade do futuro, mas

também e fundamentalmente trabalhar com o presente, desenvolvendo a perspectiva de uma política de transição ou travessia para a Universidade que queremos.

A Reestruturação da Universidade não é um modelo fechado ou um projeto acabado, mas deve ser implementada pela experiência cotidiana dos professores na via universitária, quando o movimento docente deve colocar em prática a sua pauta de reivindicação. Apesar do projeto da Universidade do governo estar sendo bloqueado sistematicamente pelo MD, é importante lembrar que em muitas Universidades, por iniciativa dos Reitores tenta-se levar à frente o processo de reestruturação do governo, escamoteado sob as formas mais variadas, tais como: mudanças estatutárias, etc.

O MD deve permanecer atento a essas investidas, ocupando espaços possíveis na Universidade e assumindo a liderança positiva de diretrizes para uma política das mudanças no dia a dia, de interesses reais da maioria da população.

Através da luta pela reestruturação, o MD amplia o espaço de sua atração ao plano de debate ideológico.



## **ANEXO**

### PROPOSTA DE CRONOGRAMA SOBRE REESTRUTURAÇÃO DA UNIVERSIDADE

MÊS(es)

ATIVIDADES

03 a 05 - Simpósio interno nas IES sobre Reestruturação da Universidade

6 - Simpósio Nacional promovido pela ANDES com participação de outras Entidades: UNE, ANDE, FASUBRA, SBPC,ETC.

6 CONAD – Reestruturação da Universidade.

7 -MESA REDONDA – SBPC

2º SEMESTRE: Encontro Nacional de Docentes, Estudantes e Funcionários.

Obs.: É importante que atividade com estudantes e Funcionários seja implementada urgentemente em todas as Ads.

## **ESTATUTO DA ANDES-SN**

### **ALTERAÇÕES PROPOSTAS PELA DIRETORIA**

#### **1- Sobre o Mandato da Diretoria**

O 1º Congresso da ANDES (Florianópolis) deliberou que o mandato da atual diretoria vá até setembro/84 (art. 66) totalizando 28 meses de gestão já que a diretoria atual tomou posse em junho/82. A partir daí prevê o estatuto que as eleições se realizem de 2 em 2 anos, no mês de setembro.

Considerando:

- a) que nada justifica a ampliação por quatro meses de gestão da atual diretoria, e
- b) a época inoportuna em que as eleições estão marcadas, caracteriza por:
  - b.1. acontecer sete meses após a realização do Congresso Anual, no qual são estabelecidas as diretrizes para o movimento no que se cria naturalmente um espaço para a ampla discussão das diferentes propostas para a direção do movimento e a articulação ou mesmo formação de chapa(s).

b.2. inserir-se uma época do ano onde vem ocorrendo uma intensa mobilização do movimento.

Propõe a diretoria que as eleições passem a se realizar durante o mês de maio dos anos pares, devendo a nova diretoria tomar posse no CONAD realizado imediatamente após as eleições.

Sendo assim propõe-se a seguinte redação para o Art. 49

Art. 49 – A eleição da diretoria será convocada para o mês de maio dos anos pares pelo Presidente em exercício, com pelo menos 90(noventa) dias de antecedência.

§ Único: redação idêntica à do original.

Art. 50 – O Congresso Nacional anterior à data da realização das eleições elaborará o regimento das eleições e elegerá uma Comissão Eleitoral que será responsável pelo processo eleitoral, de acordo com o previsto nestes estatutos e regimentos.

Art. 53 – Será proclamada eleita a chapa que obtiver maior número de votos, e a diretoria eleita será empossada num prazo de até 45 (quarenta e cinco ) dias após a data de realização das eleições durante o CONAD.

## **2. Sobre a representação das Ads no CONAD**

O Art. 29 prevê a representação com direito a voto de um delegado por AD filiada à ANDES, eleito por sua instância deliberativa máxima convocada com essa finalidade, nos termos estatutários de cada entidade. No entanto desde o 2º CONAD que essa deliberação não vem sendo cumprida, pois as plenárias dos CONADS têm sistematicamente aprovado o credenciamento de delegados, sem que estas apresentem documentação atestando sua eleição em Assembléia. O espírito do artigo (conforme aprovado da ANDES em Campinas) é o de garantir que o representante da AD traga posições discutidas e aprovadas junto as bases de AD, abrindo, através da Assembléia, a possibilidade de haver diferentes candidaturas com diferentes propostas sobre os pontos da pauta (previamente remetida) de cada CONAD. É importante ressaltar que o CONAD é, depois do Congresso, a instância de deliberação (e não de consulta) da entidade. Sem ferir as determinações do Congresso, o CONAD tem atribuições de dar rumo ao movimento ( Arts. 27 e 28) tendo, como exemplo, aprovada as linhas gerais do documento da ANDES para a reestruturação da universidade, por deliberação do I Congresso.

No Entanto, o que se verificou nos dois últimos anos, foi a dificuldade das Ads convocarem Assembléias para esse fim. Por um motivo ou por outro, os credenciamentos eram conferidos, desrespeitando-se, em conseqüências, os estatutos.

Diante desta realidade, cabe a diretoria propor ao II Congresso Nacional da ANDES a discussão do tema.

## **ANEXO 4**

### **RELATÓRIOS DOS GRUPOS DE TRABALHO** **DO II CN**

## II CONGRESSO DA ANDES-SN

### Tema 1 – Relatório Único – GRUPOS MISTOS

#### 1- ANÁLISE DA CONJUNTURA E AVALIAÇÃO DO MOMENTO POLÍTICO EDUCACIONAL

Este relatório apresenta dois momentos complementares inicialmente, a apresentação – em forma de tópicos – de pontos que avalizam e complementam o texto da Diretoria. Num segundo momento seguem as propostas e sugestões para a discussão e votação em plenário.

##### 1.1 – A CRISE POLÍTICA E ECONÔMICA E SEU DESDOBRAMENTO SOBRE A EDUCAÇÃO.

- Necessidade de se compreender o momento político econômico para uma definição correta da estratégia de luta para o movimento docente..

A forma de solução de crise adotada pelo regimento acentua o atendimento de interesses de setores , mais limitados ainda da sociedade (grande capital financeiro) e acentua a dependência externa. Neste sentido isola mais o regime.

A crise do capitalismo apresenta duas faces: 1 – dificulta a organização devido ao desemprego, repressão e inflação;

2 – por sua vez possibilita alternativas de organização e unificação das lutas, porque não se tem respostas para a crise.

É preciso, porém, ficar atento para a “ideologia da crise” que pode levar ao comodismo e aceitação, para e simples, da política do Regime, porque estamos em crise.

- Fatos relevantes a se considerar no momento político econômico

##### Nacional

- Eleições de governadores de oposição em alguns estados

- Renegociação da dívida externa com o FMI e suas conseqüências (recessão econômica; acordo salarial; repressão aos movimentos sociais)
- Concentração e distribuição desigual dos recursos públicos, com prejuízo das verbas destinadas aos gastos sociais (saúde, educação, habitação, etc)
- privatização do ensino e imposição de “modelos gerenciais” às universidades.
- Abertura do governo ao debate político, conservando, porém, o direito de legislar sobre as questões econômicas .
- Esvaziamento progressivo do poder do MEC que cada vez mais passa a estar submetido às decisões do SEPLAN e do DASP.
- Sugestões de atuação da ANDES na conjuntura atual:
- Enfatizar o questionamento do sistema e de seu modelo econômico, mostrando a condição entre os problemas de cunho social (educação, saúde e moradia) e as prioridades governamentais.
- Aproveitar a abertura do debate institucional sem perder de vista o autoritarismo e dificuldades para avanço das lutas dos trabalhadores.
- Necessidade de se intensificar a atuação da ANDES através da via política e democrática. Junto ao Congresso Nacional. A presença representativa das oposições será para os docentes uma garantia do debate e da aprovação de projetos que beneficiarão o setor educacional.

## 1.2 – AVALIAÇÃO DO MOVIMENTO DOCENTE

1.2.1 - Na avaliação objetiva do modo como as lutas do MD foram encaminhadas no último ano, foram destacadas os seguintes aspectos negativos e positivos.

### ASPECTOS NEGATIVOS

- Não houve uma campanha agressiva que marcasse o ano de 1982 como da defesa do ensino público e gratuito, não sensibilizando a população como um todo.
- O MD privilegiou as Ads. Autárquicas, não dando igual tratamento às Fundações, às

Particulares e às Estaduais, o que prejudicam a unidade do movimento.

- Não foram suficientemente debatidas questões como carreira de magistério, questões acadêmicas (ensino e pesquisa), documento das mantenedoras.
- Quanto à greve de 82, foram citadas a falta de articulação entre Ads e comando Nacional, o indicativo de greve que não retratava a situação das Ads, a derrota na questão salarial.
- Quanto à atuação da Diretoria da ANDES, foram destacadas: deficiência na transmissão de informações para as Ads; há uma orientação predominantemente “sulista”, apesar de, em termos numéricos o Nordeste ter um número de Ads que lhe dá um peso que não reflete a distribuição do professorado brasileiro.
- Falta de troca de informações entre as Ads sobre o nível de interesses de democratização alcançado e a preocupação com seu caráter não institucional.
- Deficiente articulação do MD, tanto internamente (com Ads de outros setores, por ex.), como externamente com outras entidades representativas da sociedade civil.
- Não ocupação de espaços nos meios de divulgação para fortalecer a imagem do MD.

### **ASPECTOS POSITIVOS**

- O MD, através da greve, questionou a política do governo.
- A greve foi um avanço, porque não ficou restrita à questão salarial, assumindo um significado político.
- A denúncia dos documentos secretos do MEC.
- Quanto à Diretoria da ANDES, foi destacado o fato de estar conseguindo conviver e direcionar as lutas básicas dos professores.
- O avanço na democratização interna em algumas Ads.

1.2.2 – Os seguintes tópicos, representando fatos que foram acentuados na maioria dos grupos, são apresentados como sugestões de encaminhamento do MD.

- O MD tem que ser pensado e orientado, tendo em vista a realidade da Universidade brasileira, que foi instituída dentro do modelo dos países dominantes, não atendendo assim às necessidades de uma sociedade capitalista dependente, como a nossa. O MD deve



“fixar” a Universidade para um modelo que atenda aos interesses do povo brasileiro.

- As estratégias do MD devem ser condicionadas aos compromissos do MD, que devem ser definidos.

- Embora o MD tenha se afirmado diante da sociedade civil, as suas características sindicais te, elevado a um desgaste, após sua arrancada inicial.

- O MD precisa, no seu estágio atual, dar um salto de qualidade, entrando para a transformação interna da Universidade, o que deve ser feito através de um questionamento e auto-avaliação do nível de qualidade e produção quanto ao ensino e à pesquisa.

- O estímulo à análise da produção universitária e suas lacunas deve ser dirigido para balizar e informar o MD, respondendo a questões como, por ex., o que é educação popular, conseqüências da implantação de cursos noturnos nas IES Federais, conseqüências da política de expansão do quadro de documentos pós-graduados, etc.

- A implementação da Revista da ANDES é importante, e deve ser direcionada no sentido da produção acadêmica, dentro das linhas acima expostas, além de gerar conhecimentos para definições políticas em outros campos ( por exemplo política de energia nuclear).

- O MD não pode, porém se distanciar da sua realidade interna devendo preservar o seu perfil, que é vinculado a defesa dos interesses dos docentes.

- A mobilização e politização do professorado, em nível de Ads, deve ser estimulado, sem se revestir porém de caráter pedagógico. Para isso devem se estimular debates em Assembléias, de temas amplos e que ultrapassem a simples defesa da categoria.

- Os conflitos internos do movimento devem ser objeto de debate e análise, devendo cada setor ser respeitado nas suas especificidades.

- O fato das Federais Autárquicas terem crescido no bojo do MD, não foi conseqüência de cerceamento do espaço de outros segmentos, mas sim, porque os seus temas de luta forma unificados e facilitaram a mobilização.

- Na administração dos conflitos internos, as Regionais podem desempenhar papel relevante, devendo se mobilizarem neste sentido.

- Nas táticas de luta a serem desenvolvidas a partir de agora, deve-se trabalhar e explorar a nova estrutura de poder configurado com as eleições de 15 de novembro. Isto deve ser feito não só no encaminhamento de sugestões no encaminhamento de sugestões no Congresso Nacional, como em nível estadual.

- A luta e a efetivação da proposta de Reestruturação pode vir a constituir um importante unificador do MD.

### 2.3. RELACIONAMENTO DO MD COM O MOVIMENTO SINDICAL; CONCLAT-CUT.

Questões discutidas nos diversos grupos:

- 1 – Deficiência da articulação das Ads e da ANDES com o movimento Sindical na participação do movimento docente na 1º CONCLAT.
- 2 – Participação inexpressiva da diretoria da ANDES na comissão PRÓ-CUT.
- 3 – Necessidade de estreitar os vínculos das Ads com os sindicatos e entidades representativas.
- 4 – Importância da participação do MD nos ENCLAT'S E CONCLAT'S
- 5 – Importância de se encampar bandeiras populares que dão sentido à articulação com o movimento sindical.
- 6 – Necessidade de uma política de aliança “conseqüente” que não deve se limitar a articulações de cúpulas.
- 7 – Construção junto com o movimento sindical da CUT.
- 8 – Necessidade de ampla divulgação de informações sobre o Movimento sindical, ENCLATs, e CONCLAT, para o conjunto dos professores.
- 9 – Choque de informações sobre os mecanismos de entrada da ANDES NA Comissão PRÓ-CUT.
- 10 – Como levar a questão do ENCLAT e CONCLAT para os professores? Como preparar a participação do MD na CONCLAT?
- 11 – Relação entre o trabalho que questione a estrutura interna da universidade e a atuação externa da MD.
- 12 – Dificuldade de conciliar as atividades de articulação com o movimento sindical com aquelas ligadas a Reestruturação em termos de Cronograma ou disponibilidade de tempo.

## **SUGESTÕES E PROPOSTAS**

- Aprofundar o estudo da crise econômica, com a participação de amplos setores da sociedade a fim de obter dados reais sobre a distribuição das verbas públicas, para que o MD possa formular suas reivindicações embasadas em situações concretas e para que a sociedade de modo geral; fiscalizar a utilização destas verbas, e denunciar a sua utilização em setores não prioritários.
- Manifesto à Nação sobre ensino nos 3 graus, abordando temas como a que da qualidade de ensino; verbas para a educação, etc.
- Que a ANDES e as Ads se dirijam aos governadores eleitos, exigindo eleição livre e direta dos dirigentes das Universidades estaduais.
- Que a ANDES se dirija aos partidos políticos, exigindo que votem pela rejeição da nova lei salarial.
- Que a ANDES e as Ads se dirijam aos governadores eleitos para que se comprometam com o fim do aparelho repressivo em todos os níveis.
- Organização a nível regional, de assessorias parlamentares com o objetivo de municiar com dados, informações e análises a atividade dos políticos comprometidos ou não com a causa da educação.
- Participação ativa das Ads no sentido de incentivar, por parte dos professores, a cobrança de posições e propostas feitas por candidatos de oposição.
- Seminário a nível nacional para discutir, em maior profundidade a crise econômica e as alternativas para a Universidade.
- Elaboração a nível regional de uma pauta unificada para se examinar a luta pela reestruturação da Universidade definindo, inclusive, que se entende, a nível do movimento, por padrão único de universidade.
- Estudar exaustivamente o problema das Fundações e órgãos suplementares dentro das Universidades autárquicas promovendo-se encontros regionais para a avaliação.
- Sugere-se como medida de ordem geral que a ANDES, usando de todos os meios ao seu alcance, reverta a política defensiva do movimento docente partindo para a perspectiva

antecipação das questões fundamentais da Universidade em relação ao Governo.

- Articulação com CSPB, a CPB e outras entidades do funcionalismo visando unificar o movimento dos servidores contra o índice de reajuste do governo, pelo reajuste semestral e 13º salário.

- Recomenda-se a discussão do papel das Vice-Presidências regionais.

- Que as regionais trabalhem mais Intensamente no sentido da Unificação dos diversos setores do movimento docente (autárquicas, particulares, fundações, estaduais e isoladas).

- Unificação e fortalecimento do movimento docente com as lutas de funcionários estudantes e outros segmentos de trabalhadores, promovendo a interação do movimento com a sociedade.

- A postura da ANDES não deverá ser apenas reivindicativa mas enriquecer a sua atuação, participando também de forma produtiva. Neste sentido sugerimos a publicação de uma revista na qual haja espaço para todas as IES.

- Tornar mais conhecido o modelo de universidade que pleiteamos através de uma discussão e divulgação para que o mesmo seja aceito pela comunidade.

- Organização de debates, seminários, simpósios pelas IES e de um banco de dados sobre questões de interesse dos professores, rotatividade no emprego, níveis salariais, reivindicações, etc, centralizados e amplamente divulgados pela ANDES, como estratégia para a mobilização dos docentes.

- Que a diretoria da ANDES ou uma comissão delegada para este fim; faça um levantamento das Ads que já participaram do movimento docente e questões desativadas, levantando as causas da atual desativação e empenhando-se pela sua reorganização e pela criação de novas associações de docentes onde não existem, para fortalecer o movimento dos professores .

- A ANDES deve elaborar e encaminhar á comissão pró-cut, proposta objetiva no sentido da participação das Ads nos ENCLAT. Organizações intersindicais no próprio CONCLAT, com representação ainda que reduzida evitando a dupla representação, no caso específico das Ads cujos sócios são filiados a outros sindicatos.

- Iniciar ; a partir de março, em todas as Ads, uma discussão organizada visando divulgar a CUT e preparar a luta pela revogação do decreto da nova lei salarial e contra os planos do FMI culminado com a participação ativa dos professores no evento previsto para 22 de

março dia nacional do protesto.

- Que este Congresso de uma resposta efetiva ao documento da ABM quanto a:

- Expansão da rede Privada de ensino proposta pela referida entidade;
- Medidas práticas propostas pelas mantenedoras quanto ao congelamento de 50% das vagas das Universidades públicas para alunos carentes:
- Propostas da ABM quanto a acoplamento do setor privado bancário ao crédito educativo;
- Financiamento do Estado à pesquisa das IES privadas e em centros interuniversitários de pesquisa;
- Articulação da universidade com os diversos setores da sociedade pela formação e execução de projetos que incluam a participação popular através da extensão universitária que atuará junto a comunidade no sentido de publicar o setor acadêmico;
- verificar os cálculos de perda de salários a partir de uma data única;
- Discutir critérios mínimos para o início e término de greves (encaminhamento para a setorial);
- Encontro Nacional de Servidores Públicos Civis da União com Pauta de reivindicações comuns, calendário de luta e comissão nacional de mobilização precedido de reuniões estaduais e/ou regionais (encaminhando para o grupo de autárquicas)
- Que se discuta amplamente com as bases a articulação com os demais setores;
- A nível sindical encaminhar não apenas questões salariais mas também a questão de reestruturação ;
- Restabelecimento do grupo de trabalho para rearticular campanha salarial conjunta com o funcionalismo público;
- O eixo de lutas deverá ser a reestruturação da universidade aliada à campanha pelo ensino público e gratuito;
- Unificar as lutas pelos aspectos que são comuns, propondo Bandeiras, que sensibilizem fundações e particulares, trabalhando sobre as questões específicas de cada uma;
- Necessidade de trabalhar junto com o Sindicato que é o instrumento de fiscalização junto ao Ministério do trabalho e move as Fundações e particulares.
- O padrão único de Universidades deve ser amplamente debatido com professores, alunos, funcionários e com a comunidade.

- Que o jornal da ANDES seja distribuído com regularidade;
- Afirmar a luta pelo caráter unitário da Central dos Trabalhadores
- Orientar as Ads no sentido de que divulguem o material oriundo da PRÓ-CUT;
- Ampliar a discussão sobre o Temário do CONCLAT e sobre a estrutura da CUT entre docentes;
- Participar das intersindicais e dos ENCLATS;

**- Sobre a criação da CUT**

1 - Considerando ser prematuro qualquer definição sobre este ponto, remetê-la para CONAD a ser realizado em data oportuna.

Assumir as orientações propostas pela comissão PRÓ-CUT

Dar ampla campanha de esclarecimento pela ENCLAT, CONCLAT E CUT para a comunidade universitária de modo especial e mas também para o conjunto da população.

Alterar o item 1 da proposta da diretoria da ANDES-SN

A terceira frase a ter a seguinte redação: Por outro lado, a análise da crise indica a necessidade de aproximação dos docentes com outros segmentos dos trabalhadores” Segue “Em continuidade .....até ..... (central única dos trabalhadores)”. Suprimindo-se” .... sendo delegado da Associação o presidente da entidade”.

Item 2 da proposta da ANDES aprovado na íntegra a redação original.

Acrescentar à proposta da ANDES os seguintes itens:

“Que se recomende às Ads participação nas Inter sindicais regionais e nos ENCLATS”.

“Que o MD participe do plano da Pró-cut contra as medidas recessivas do governo, em defesa do reajuste semestral, contra a lei salarial do Governo, assumindo a participação no dia nacional de luta dia 22/03.”

“Campanha contra a lei salarial, em diversas formas de luta onde se inclua, por exemplo, reivindicar sua rejeição pelo Congresso Nacional”.

Os docentes participarão da CONCLAT e das lutas gerais dos trabalhadores, reafirmando o conjunto de suas bandeiras definidas nos Congressos da ANDES e CONADS”.

“O MD deve buscar articulação com outros segmentos mais específicos que

apresentam situações semelhantes à sua, como às IES onde existe Ads, professores de 1º e 2º graus, funcionários públicos das Universidades e funcionários públicos em geral”.

“Na fase de preparação da participação das Ads no CONCLAT; e durante o mesmo, seja considerado como relevante a discussão das modificações da C.L.T., por ser a mesma Iníqua e ultrapassada”.

Foi aprovada ainda, recomendação, que a ANDES e as Ads, constituam serviços jurídicos próprios, para assistência e defesa dos professores.

### **RECOMENDA ÀS ADS QUANTO À:**

- Revisão da estrutura organizacional de cada AD visando dotá-las de condições para implementar as lutas propostas pelo MD.
- Criação em cada AD de grupos específicos de estudo, a exemplo dos existentes na ANDES, que implementam as discussões, a sistematização e a socialização das informações, internamente em cada Ad e promovam a articulação entre as Ads e ANDES através das reuniões.
- produção de documentos que resultem de discussões sistemáticas, que envolvam um maior número de participantes.
- Oferta de serviços sociais, tais como cooperativas de consumo e outras, como efeito aglutinador.
- Ativação dos C. R. naquelas Ads onde existam de forma que cumpram papel organizativo.
- Maior dinamização das regionais no sentido de que cumpram o papel a que se destinam.
- Organização de pauta e cronograma de discussões com base nos eixos de luta, definidos neste congresso e questões específicas de cada Ad.
- Maior entrosamento entre as Ads e as Regionais, mediante troca regular e sistematizada de informações.
- Realização periódica de encontros regionais, preferencialmente, em época anterior à dos CONADS os resultados deverão ser divulgados rapidamente.
- Agilização da troca de informações entre Ads, via regional, que permitam ações rápidas e eficazes.

## **RELATÓRIO DOS GRUPOS SETORIAIS**

### 1 – ESTAUDAIS

#### ADS PRESENTES

- ADUNICAMP

- ADUNESP

- ADUSP

- ADUEM



## **I – INTRODUÇÃO**

É consenso entre os delegados das Ads que as universidades estaduais são marcadas por uma profunda diversificação, com a conseqüente “pulverização” de suas lutas. Há diversidade jurídica (de direito público ou privado), de carreira, de regime de trabalho, de estrutura interna (estatutos, regimentos, etc). Há entretanto, questões comuns: reajuste semestral, relação com os governos estaduais quanto a autonomia, democratização interna, verbas, etc, reafirmação do ensino público e gratuito.

A necessidade de unificação das lutas torna-se um imperativo, em particular no Estado de SP, em que 3 universidades estaduais vêm desenvolvendo uma série de lutas unificadas e gestões junto ao governo estadual. Esta luta é uma estratégia que deve ser cada vez mais adotada pelas três Ads, principalmente a partir de agora, tendo-se em vista o início de um governo opositor no Estado, que se têm mostrado acessível ao diálogo com as entidades da soc. Civil.

## **II – LUTAS NO ÂMBITO ESTADUAL**

As Ads paulistas solicitam, quanto a este aspecto, que seja divulgada a todas as Ads a presente experiência que desenvolvem em suas lutas no Estado, qual seja, a criação no mês passado do FORUM DA UNIVERSIDADE PAULISTA, com a participação das três Ads, dos 3 DCEs e das 3 ASS. Dos FUNCS., mais a regional da ANDES, tendo já realizado uma reunião bastante expressiva, com a confecção de um documento contendo as propostas comuns das 3 universidades, tendo sido entregue ao governador eleito. Este fórum permanente possui ainda 4 comissões para discutir os principais problemas e deverá reunir-se a cada mês num rodízio entre as três universidades.

As Ads estaduais entendem ainda que se abre uma nova era de relacionamento com os governos ELEITOS, em particular os opositores, possibilitando que as entidades

possam empreender lutas que ultrapassam as questões salariais, discutindo internamente questões como estatutos e regimentos (lutas que vêm sendo travadas com mais ênfase na UNICAMP e USP), democratização da estrutura de poder, qualidade do ensino, verbas p/ funcionamento e pesquisa, papel da universidade, etc.

Quanto à relação entre as Ads estaduais e a ANDES, foram feitas as seguintes considerações:

a) A relação entre as Ads estaduais paulistas e a Regional da ANDES foi unanimemente considerada POSITIVA, tendo-se em vista a participação da mesma nas principais lutas no âmbito estadual.

b) As Ads ressaltaram, entretanto que tem sido extremamente difícil articularem-se com os movimentos de âmbito nacional comandados pela ANDES, em particular os grevistas (por questões salariais e outras) interessando às universidades federais autárquicas. Isto tem se dado (a desarticulação), seja por problemas de informação prévias sobre o movimento, seja por um certo distanciamento e/ou diferenciação das reivindicações entre as universidades estaduais e federais. As Ads estaduais ressentem-se ainda das grandes dificuldades que encontram para mobilizar os docentes em termos de paralisação, dia de luta, etc, em apoio aos movimentos das federais, além do que, ressaltam-se dos apoios meramente eventuais da direção nacional da ANDES aos movimentos dos docentes das estaduais. Sugere que em tais ocasiões, os dirigentes procurem, pelo menos, pronunciar-se publicamente em apoio às entidades envolvidas.

### **III – PROPOSTAS ESPECÍFICAS**

1 – As Ads estaduais sugerem que a direção da ANDES adote o procedimento sistemático de divulgar antecipadamente às Ads de todo o país os “documentos – propostas” da diretoria, distribuídos por ocasião dos CONADS e CONGRESSOS, tendo-se em vista a necessidade de discuti-los previamente no âmbito das Ads locais.

2 – As Ads concordam, em princípio, com a proposta da direção de promover-se um ENCONTRO DAS ADS ESTADAIS.

3 – Tendo-se em vista experiências em cada universidade estadual, promover um CONGRESSO DAS UNIVERSIDADES PAULISTAS sob o patrocínio das Ads e da REG. da ANDES.

4 – Que os boletins das Ads (todas) procurem dedicar um espaço em seus boletins para notícias da ANDES.

5 – Que a direção da ANDES procure divulgar nacionalmente as experiências das universidades estaduais paulistas quanto aos processos de institucionalização, democratização e reformas de estatutos e carreiras docentes.

6 – Que a ANDES faça um levantamento sobre o problema das fundações privadas dentro das universidades públicas, tendo-se em vista a concretização e o fortalecimento da campanha nacional pelo ensino público e gratuito.

## 2 - AUTARQUIAS

Este documento procura refletir com fidelidade, as discussões e propostas feitas pelos delegados do setor das autarquias, nas reuniões dos quatro grupos, realizadas na manhã de 2 de fevereiro.

Solicita-se aos companheiros dos diferentes grupos que tenham complementações, alterações ou propostas alternativas que as formulem por escrito para apreciação da respectiva plenária.

A pauta de discussão, aprovada na noite anterior, pela Plenária das Autarquias foi a seguinte:

- 1 – Avaliação do movimento em 1982
- 2 – Campanha salarial de 1983
- 3 – Reestruturação de universidade
- 4 – Carreira e condições de trabalho

Os grupos não seguiram a mesma sistemática de trabalho.

Os grupos 1 e 3 discutiram apenas os três primeiros pontos da Pauta. O grupo 2 discutiu todos e o grupo 4 não discutiu o ponto nº 3 e discutiu conjuntamente os pontos 2 e 4. O grupo nº 1 não votou propostas. O grupo 2 classificou as propostas em consensuais e não consensuais. O grupo 3 só voltou as propostas referentes à campanha salarial, onde obteve consenso. O grupo 4 apreciou mediante votação todas as propostas.

### 1 – Avaliação do Movimento em 1982

As intervenções a respeito deste item abordaram numerosos aspectos da questão que podem se agrupados em 4 pontos:

- a) Momento anterior a greve;
- b) Preparação da greve e pauta de reivindicações;

- c) Condição da greve e unidade nacional; e
- d) Encerramento da greve

a- Momento anterior a greve:

Vários depoimentos referiram-se ao baixo nível de mobilização nas Ads em termo de reestruturação e da Campanha do Ensino Público e Gratuito. A própria questão salarial foi negligenciada e enfrentada tardiamente.

A inexistência de propostas concretas no tocante a reestruturação foi apontada como uma das causas de pouco interesse dos professores em termo do assunto.

Referiu-se ainda a timidez do movimento docente em colocar amplamente as suas bandeiras educacionais.

b- Preparação da greve e Pauta de Reivindicação:

As eleições dificultaram a preparação da greve, de um lado, porque a opinião pública estava prioritariamente voltada para o processo eleitoral e por outro porque um significativo número de militares estava diretamente envolvido na campanha.

Ao mesmo tempo em que a campanha salarial e a greve foram desencadeadas tardiamente a decisão de indicar a greve nacional um salvador foi considerada apressada por muitas avaliações. Este fato foi apontado como um dos fatores que dificultaram uma entrada unificada na greve.

No que diz respeito a pauta de reivindicações forma levantadas os seguintes problemas:

- falta de clareza e especificação na definição da pauta. Isto ficou demonstrado pelo desconhecimento generalizado de quais eram as distorções de carreira que o MD reivindicava correção. Além disso, o pitem da reestruturação não apresentava claramente para o movimento.

- Interpretação diferenciada a nível nacional da pauta.

- Priorização de itens da pauta em função da análise de conjuntura de cada AD. Posou diferentemente em cada Ad a avaliação de questões salariais e de reestruturação como eixos da greve.

- Pouca compreensão do significado político das reivindicações salariais, considerando, muitas vezes a reestruturação como luta política.

#### c- Condução da greve e Unidade Nacional:

No tocante à condução da greve e unidade nacional foram feitas as seguintes considerações:

- Inexistência de um processo decisório unificador suficientemente claro e definido para deflagração e encerramento da greve nacional.

- Entendimento diferenciado do papel do CNG.

- Pouca participação político do diretório da ANDES no CNG.

- Rotatividade dos delegados e esvaziamento do CNG em momentos importantes da greve.

- Falta de representatividade de delegado nas deliberações relativas à greve.

- Deficiência de comunicação entre Ads e CNG e vice-versa.

- A priorização de item de pauta pelas Ads representou um rompimento com o princípio de unidade nacional.

- Utilização do principal da unidade do movimento para tentar impor a nível nacional as deliberações de instâncias locais.

- Falta de iniciativa política do CNG e da diretoria da ANDES na consolidação prática do princípio de unidade nacional.

- Falta de resposta política às argumentações do MEC sobre o não atendimento das reivindicações salariais.

D – Encerramento da Greve:

A saída não unitária e desordenada da greve permitiu ao MEC a utilização política de fato para desgastar o movimento.

O agravamento da crise econômica (FMI e recessão) e a decisão política do governo de não permitir uma nova vitória do MD impediram a conquista salarial. Com isto, os professores se conscientizaram da necessidade de ampliação das alianças com a classe trabalhadora, especialmente, a unificação com o conjunto dos servidores públicos federais.

PROPOSTAS:

1- Recomenda-se Ads que discutam em suas bases, no contexto do documento de avaliação elaborada pela diretoria da ANDES, os seguintes pontos:

- o que se deve entender por unidade nacional.
- princípios para declaração de greve nacional e conduta durante o movimento grevista
- Papel do comando nacional de greve e da diretoria da ANDES na análise e direção política da greve.

As posições aprovadas nas bases deverão ser trazidas para o próximo CONAD.

2 – Que só se deflagre um greve nacional quando um número a ser decidido de Ads a propuserem

3 – Que este número de Ads seja igual ou superior a 2/3.

4 – Que os votos no Comando de Greve seja ponderado em função do número de professores de cada universidade.

5 – Que se defina claramente o papel da ANDES e CNG com participação constante e efetiva de membros da diretoria da ANDES, com o objetivo de responsabilidade e continuidade da condução política geral do movimento.

## CAMPANHA SALARIAL 83 – AUTÁRQUICAS

1 – A campanha salarial dos professores das autarquias federais deverá ser articulada com os servidores públicos civis da união.

2 – Propor a outras entidades nacionais e setores organizados dos servidores a constituição de uma comissão preparatória de um encontro nacional de Servidores Públicos Federais.

3 – Este encontro terá os seguintes objetivos:

- a) aprovar uma pauta unitária de reivindicações.
- b) aprovar um organograma nacional e formas de luta e definição de um prazo para o governo responder as reivindicações.
- c) constituir uma Comissão Nacional de Mobilização dos Servidores Públicos Federais.

4 – Que este Encontro Nacional de dos Servidores públicos se realize no mês de março (grupo 2), em Brasília (grupo 4)

5 – A entrega das reivindicações ao governo federal deverá ser feita em Dia Nacional de Mobilização.

6 – Participação no Dia Nacional de luta convocado pela Pró-CUT, expressando as reivindicações da campanha (g.2).

7 – A Comissão preparatória do Encontro Nacional de Servidores públicos Federais deverá, ainda:

- a) divulgar a pauta de reivindicações aprovadas na reunião da OSPB em Salvador e outras propostas de pauta de reivindicações;
- b) produzir boletins nacionais que possam fornecer mais elementos para o aprofundamento de discussões e mobilização dos servidores.

8 – As Ads devem participar das Comissões de Mobilização dos Servidores Públicos nos estados em que estas já existam e buscar articulá-las com outras entidades onde elas não existem, com o objetivo de organização da campanha a nível regional.

9 – Constituição da comissão de campanha salarial da ANDES com o objetivo de:

- a) elaboração de uma tabela de vencimentos compatível com o exercício de



magistério superior. (grupo 3)

b) encaminhar a participação dos docentes na luta contra a lei salarial do governo. (grupo 3)

c) articulação com a comissão de mobilização dos Servidores Públicos Federais.

d) centralizar as informações sobre as articulações locais e estimulá-las.

e) trabalhar na organização do encontro nacional preparando propostas dos docentes a ser apresentada pela ANDES.

10 – As Ads deverão ter suas comissões salariais articuladas com a comissão salarial da ANDES, com as comissões de Mobilização dos servidores locais com o objetivo de organizar a participação dos professores na campanha salarial.

11 – No interior das universidades as Ads dever buscar os meios de estreitar a aliança com as Associações de Servidores considerando os avanços conquistados neste sentido com a realização das greves das duas categorias em 82.

12 – Articulação de comissões parlamentares interpartidárias de apoio ao movimento e pela rejeição do decreto-lei de reajuste de 40 a 30%.

### **PROPOSTAS ADICIONAIS**

13 – A comissão salarial da ANDES deverá se reunir com os representantes das comissões salariais de Ads por ocasião do CONAD.

14 – Diretoria da ANDES realize todos os esforços possíveis no sentido de uma articulação com a CSPB. (grupo 3)

15 – Recomenda-se às Ads a formação do GT sobre a Política Salarial do Governo. (grupo 3).

16 – Que se procure, a partir do início do semestre, debater, organizar e mobilizar, inclusive em assembléias a pauta de reivindicações aprovadas na reunião da CSPB em Salvador e outras propostas de pautas de reivindicações. (grupo 4)

17 – Que as Ads desenvolvem um intercâmbio contínuo com a Bancada Parlamentar de seu Estado respaldando assim as ações da ANDES a nível nacional no encaminhamento de nossas reivindicações naquele nível. (grupo 4)

18 – Que a campanha salarial de 83 se inicie com a discussão nas Ads para unificação, em reunião das autarquias, sobre a integração dos professores com o conjunto do Funcionalismo. Esta discussão deve ser realizada com prioridade sobre os seguintes pontos:

- Compatibilização da pauta de reivindicação
- relação ANDES/CSPB/ Comissão Nacional (grupo 4)

19 – Realização de Assembléias nas Ads no início de março para se posicionar sobre:

- pauta de reivindicação da CSPB
- formas encaminhamento da luta com os servidores federais.

(Grupo 4)

20 – Que a campanha salarial de 83 tenha caráter de unidade com o conjunto dos trabalhadores, em especial os servidores públicos e popularizada por meio de ampla campanha de mobilização com acesso da população, tais como prestação de serviços, defesa da cultura popular etc. (grupo 4)

21 – Ampla divulgação dos estudos econômicos que sustentam as reivindicações salariais dos trabalhadores.(grupo 4)

22 – Articulação com a CSPB, CPB e outras entidades visando unificar o movimento contra o índice de reajuste salarial do governo, pelo reajuste semestral e 13º salário. (grupo 2)

### **REESTRUTURAÇÃO**

- Aprofundar as discussões sobre a reestruturação tendo como base o documento da Andes (G1/G 2/G 3)

- Aprovar o cronograma proposto pela Diretoria: (G2)

Março – Maio - Simpósio e Congresso internos nas Ads, convidando servidores e estudantes.

**Adendo** : Convidar também entidades mais ligadas a reestruturação (entidades profissionais, científicas e outras)

Junho: Simpósio Nacional co SBPC, UNE, FASUBRA, ANDES após  
CONAD

Julho: Mesa Redonda na Reunião anual da SBPC (Belém – Pará)

2º Semestre: Encontro Nacional de Docentes, Servidores e Estudantes. Após  
CONAD

A luta pela reestruturação da Universidade deve ser em dois níveis: (G2)

I – Combate contra projeto do MEC, apresentando nossa proposta

II – No interior das Universidades, barrando as medidas atuais de  
implantação da reestruturação pretendida pelo governo.

**Adendo:** Desenvolver atividades concretas no cotidiano das IES que já  
coloquem em prática, na medida do possível, alguns dos princípios do documento da  
ANDES (G1). Em especial intensificar a luta para mudar: critérios de escolha de dirigentes  
e outros itens dos estatutos e regimentos no sentido da democratização do poder decisório.

III – Luta contra o corte de verbas do MEC e pela suplementação de verbas.

**Adendo:** Articular imediatamente, reunião com UNE/FASUBRA/ANDES  
para luta pela implementação (G1)

Formar Comissão Nacional da ANDES para coordenar a discussão e luta  
pela reestruturação (G2)

Definir pontos ou temas de discussão para todas as Ads sugestão  
(G1/G3)

A – Regime jurídico

B – Financiamento de Educação

C – Estrutura de poder e democratização interna

D – Política de pessoal e carreira docente

E – Administração Acadêmica

F – Orçamento Global

G – Desvinculação do DASP

H – Conselho Interuniversitário

## I – Avaliação e qualidade do trabalho docente

### **OPERACIONALIZAÇÃO**

A – Que o Governo escolha uma Ad para se responsabilizar por cada um dos temas. Todas devem discutir todos os temas. A Ad responsável deve centralizar os resultados das discussões e elaborar documento que contemple as diversas sugestões recebidas.